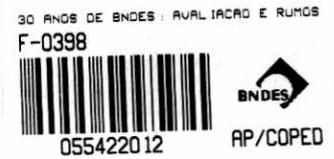


05542201-2



30 Anos de BNDES — Avaliação e Rumos

Documento Preliminar Apresentado ao
2º Seminário de Avaliação e Rumos do BNDES
1982

AP/DEPLAN
Gerência de Estudos Especiais

ÍNDICE

Apresentação 4

1. Introdução: A Economia Brasileira à Época da Criação do BNDES

- 1.1 - A situação no pós-guerra 6
- 1.2 - A industrialização brasileira: evolução e características até o início dos anos 50 8
- 1.3 - A criação do BNDES: antecedentes, funções e origens dos recursos 10

2. A Evolução e as Transformações do Sistema BNDES

- 2.1 - As sucessivas prioridades setoriais 12
- 2.2 - Sistema BNDES, evolução do nível e das fontes de recursos 16
- 2.3 - A evolução institucional do Sistema BNDES 21

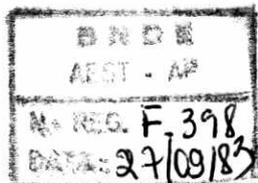
3. A Atuação do BNDES e os Objetivos Permanentes da Economia Brasileira

- 3.1 - A consolidação e a verticalização do parque industrial nacional 25
- 3.2 - O apoio à empresa privada nacional e às pequenas e médias empresas 26
- 3.3 - O BNDES e o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico 27
- 3.4 - O BNDES e o desenvolvimento regional: condicionantes e desempenho 29

4. Conclusão: O Saldo da Atuação do BNDES

- 4.1 - A ação desenvolvimentista do BNDES 31
- 4.2 - O Sistema BNDES e a economia brasileira nos anos 70 e 80: uma interpretação 33

Anexos 46



LISTA DAS TABELAS

- 1 — Distribuição da Atividade Industrial — Brasil 35
- 2 — Estrutura das Importações Brasileiras em 1950 35
- 3 — Evolução das Operações Aprovadas pelo Sistema BNDES, Segundo as Atividades Econômicas Beneficiadas (1952-1981) 36
- 4 — Desembolsos Efetivados pelo Sistema BNDES (1973-1979) 38
- 5 — Desembolsos Efetivados pelo Sistema BNDES no Biênio 1980-81 40
- 6 — Estrutura de Fontes de Recursos do BNDES (1952-1965) 41
- 7 — Estrutura de Fontes de Recursos do BNDES (1966-1971) 41
- 8 — Estrutura de Fontes de Recursos do BNDES (1971-1981) 42
- 9 — BNDES: Evolução da Captação de Recursos Externos (1966-1981) 42
- 10 — Finame — Operações Aprovadas e Desembolsos (1961-1981) 43
- 11 — Desembolsos do Programa FMRI (1971-1979) 43
- 12 — Embramec, Fibase e Ibrasa — Aprovações e Desembolsos (1974-1981) 44
- 13 — Desembolsos dos Programas Finac e Procap (1976-1981) 44
- 14 — Cotejo de Aprovações do Sistema BNDES, Segundo Região e Unidade da Federação (1966-1971-1976-1981) 45
- A-1 — Sistema BNDES — Desembolsos 46
- A-2 — Evolução dos Recursos Mobilizados pelo BNDES (1952-1981) 47
- A-3 — Evolução dos Recursos Mobilizados pelo Sistema BNDES (1965-1981) 48
- A-4 — Evolução da Estrutura dos Empréstimos ao Setor Privado pelo Sistema Financeiro Nacional 49
- A-5 — Sistema BNDES: Desembolsos e Prestações de Garantia e sua Comparação com a Formação Bruta de Capital Fixo 50
- A-6 — Programa Proálcool: Aprovações e Desembolsos 51
- A-7 — Prestação de Garantia em Moeda Estrangeira (1952-1981) 52

APRESENTAÇÃO

O presente texto procura sumariar a atuação do BNDES nos seus trinta anos de atividades, colocando ênfase na sua contribuição ao desenvolvimento, nas suas eventuais dificuldades e nas transformações institucionais por que passou o órgão.

Elaborado especialmente para o 2.º Seminário de Avaliação e Rumos, tem como principal objetivo ser informativo, sistematizando dados que possam ser úteis às reflexões e conclusões dos participantes.

Por se tratar o BNDES da maior e mais importante agência de fomento do País, seu desempenho está intimamente ligado ao da economia brasileira. Não é por outra razão que o primeiro capítulo — à guisa de introdução — procura descrever brevemente as características da economia brasileira à época da criação do BNDES, que estão nas origens da própria instituição. Da mesma forma, historiam-se os antecedentes da sua criação, remontando-se aos trabalhos da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos. Ao mesmo tempo, dedica-se atenção especial à questão das origens dos recursos.

No segundo capítulo, expõem-se a evolução do desempenho do BNDES ao longo do tempo, a sucessiva atribuição de prioridades — de acordo com os

requerimentos da economia brasileira — e o conseqüente comportamento dos setores apoiados. Descrevem-se, ainda, as modificações organizacionais atravessadas pelo BNDES e a diversificação das modalidades operacionais de apoio que, em alguns casos, revelaram-se decisivas.

O terceiro capítulo apresenta as principais conseqüências da atuação do BNDES, do ponto de vista dos principais objetivos permanentes que norteiam a economia brasileira. Privilegiaram-se os temas da consolidação do parque industrial, de apoio à empresa privada nacional e às pequenas e médias empresas, de defesa do balanço de pagamentos e de apoio à redução dos desequilíbrios regionais.

Procurou-se fazer uma ligeira avaliação do desempenho, em termos destas questões fundamentais para o País.

O quarto e último capítulo apresenta as conclusões; examina-se o saldo da atuação do BNDES sob a ótica do fomento ao desenvolvimento, com ênfase na importância do ciclo dos anos 70. Interroga-se, ainda, à vista do passado e das modificações mais recentes, qual o futuro reservado à instituição, em seu papel desenvolvimentista.

1

INTRODUÇÃO: A ECONOMIA BRASILEIRA À ÉPOCA DA CRIAÇÃO DO BNDES

1.1. A situação no pós-guerra

A Segunda Guerra Mundial e a severa depressão dos anos 30 constituíram-se em poderosos estímulos à industrialização brasileira, por diversos motivos.

De um lado, à época da depressão, estava extremamente reduzida a capacidade para importar, em decorrência da *débâcle* do mercado de primários, em especial os não essenciais como o café. A escassez absoluta de divisas tornava possível a produção local de manufaturados, uma vez desaparecida a concorrência internacional.

De outro lado, a abrangência do conflito e a sua relativamente longa duração obrigaram as economias industrializadas — notadamente a dos Estados Unidos — a reconverterem seu aparelho produtivo para as necessidades de guerra, dificultando o fornecimento de bens industrializados às economias periféricas. É verdade que também ficou prejudicada a importação de equipamentos, sendo provável a ocorrência de taxas de crescimento do produto industrial inferiores às dos anos 30, mas ainda assim positivas.

Ambos os fatores deslocaram o pólo dinâmico da economia e, a despeito da controvérsia de alguns *scholars* acerca do papel da guerra como fator favorável ou obstáculo à industrialização¹, não restam dúvidas de que o período foi marcado pela aceleração da

industrialização, contando, inclusive, com o decisivo apoio do Governo norte-americano².

No imediato pós-guerra, contudo, chegou-se a um ponto crucial no que toca ao prosseguimento da industrialização e ao seu aprofundamento. Finda a guerra, os Estados Unidos já não mostravam tanto empenho em colaborar com a industrialização brasileira, e internamente reacendia-se a já antiga polêmica entre “ruralistas” e “industrialistas”, entre “liberais” e “intervencionistas”³. O próprio Governo Federal executa uma política cambial de tendências liberais, esgotando-se rapidamente o estoque de divisas acumuladas nos anos de guerra e provocando um certo arrefecimento no processo de substituição de importações.

Aparentemente, portanto, teria havido um certo recuo no que toca à política industrial, embora o avanço da industrialização já tivesse um certo caráter de irreversibilidade. A Tabela 1 ilustra bem este aspecto: confrontando-se os dados dos censos industriais de 1920 e 1950, tem-se uma idéia do deslocamento das posições relativas dos ramos da indústria de transformação. Ainda predominavam os chamados ramos tradicionais (70% do valor da produção industrial), mas o avanço dos demais sugere que se consolidara uma etapa do processo, e que se estava iniciando uma outra, objeto de discussão entre os mentores de política econômica.

¹Cf. A. Fishlow, “Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil”, in F.R. Versiani e J.R.M. de Barros, orgs., *Formação Econômica do Brasil* (São Paulo: Saraiva, 1977), p. 7-40.

²Cf. Pedro Malan *et alii*, *Política Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977) p. 22-36.

³Cf. Roberto C. Simonsen e Eugênio Gudim, *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*, Série Pensamento Econômico Brasileiro (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978), n.º 3.

Para alguns, tornava-se claro que o esforço a ser empreendido exigia uma participação mais intensa do setor público. As então modernas teorias do subdesenvolvimento procuravam demonstrar que certas deficiências básicas — escassez de poupança, incipiência do mercado de capitais, fraca mobilidade da mão-de-obra — somente seriam corrigidas caso o Estado interviesse nestes domínios e em outros, antes totalmente entregues à iniciativa privada.

Por outro lado, carecia o Governo de instrumentos poderosos com que pudesse lançar-se a programas de grande envergadura. Era notoriamente insuficiente a capacidade arrecadadora do Governo Federal, que tampouco dispunha de instituições financeiras capazes de assegurar o fluxo de recursos necessários à realização de investimentos de longo prazo de maturação, que se afiguravam indispensáveis para o próprio prosseguimento da industrialização brasileira.

O primeiro período governamental do pós-guerra, contudo, marca-se por certa cautela. Tem-se uma tentativa embrionária de planejamento através da programação do dispêndio do Governo Federal, mas pouco se avança no objetivo de eliminar certos desequilíbrios entre oferta e procura de alguns bens e serviços. Tampouco captaram-se recursos externos; antes, como se disse, esgotou-se o saldo acumulado de divisas, renunciando novos momentos de dificuldades no balanço de pagamentos. A situação internacional, ademais, não era favorável a países em

desenvolvimento, dados o grande empenho do Governo norte-americano na reconstrução da Europa e o vultô dos recursos comprometidos através do Plano Marshall.

Ainda assim, já em 1948 constituiu-se uma Comissão Técnica Mista Brasil—Estados Unidos, com o objetivo de estudar a questão do desenvolvimento econômico do Brasil e, evidentemente, de estreitar os laços entre os dois países. O resultado dos trabalhos, conhecido como o relatório da Missão Abbink, dá maior ênfase às questões de cunho conjuntural, embora aflore o importante problema da “escassez de poupança” ou das dificuldades de sua canalização eficiente, sugerindo uma “reorientação dos fluxos de poupança”, sem contudo mencionar a possibilidade de maciça ajuda do Governo norte-americano.

No que toca ao objetivo deste trabalho, contudo, esta constatação tem certa importância, visto que se reconhecia a necessidade de “recursos adicionais para os investimentos públicos do programa de desenvolvimento”⁴, dada a vigente matriz institucional. Adotava, porém, postura nitidamente liberal, julgando mesmo excessiva a carga tributária brasileira.

⁴Cf. P. Malan *et alii*, *op. cit.*, p. 52.

Tratou-se, portanto, tão-somente de uma primeira aproximação da nação norte-americana com o Brasil e ainda assim numa época em que eram outros os interesses prioritários daquele Governo.

Esta situação irá alterar-se rápida e dramaticamente em curto prazo, por diversos motivos ligados basicamente a mudanças no cenário internacional. Tais motivos fizeram crescer a importância da América Latina aos olhos dos Estados Unidos, e já no final de 1950 cria-se a Comissão Mista Brasil—Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, cujos objetivos, em essência, eram significativamente diferentes dos da comissão anterior.

Com efeito, além da notável amplitude dos seus trabalhos, contando, inclusive, com a incumbência de elaborar projetos que pudessem obter o apoio de instituições internacionais como a Eximbank e o BIRD, podem-se destacar dois pontos distintos: a) a conclusão de que era necessário eliminar certos pontos de estrangulamento, com o concurso de investimentos públicos não antagônicos aos investimentos privados; e b) a verificação da necessidade de se criar um órgão financeiro específico para o financiamento de tais projetos, à imagem do BIRD.

Estas duas conclusões, aliadas à postura ideológica nacionalista e desenvolvimentista do segundo governo do pós-guerra, formam sem dúvida a base histórica da criação do BNDES, com o reconhecimento de: i) um impasse no

prosseguimento da industrialização, caso não se investisse em determinados setores de infra-estrutura; e ii) uma necessidade da intervenção do setor público e da criação de um órgão específico. Restaria definir o *modus faciendi* desta proposta e conseguir a sua aprovação. Ressalte-se também que as condições objetivas da economia brasileira, como se verá, contribuíram decisivamente para a realização deste projeto.

1.2. A industrialização brasileira: evolução e características até o início dos anos 50

O crescimento industrial brasileiro, como se sabe, não surgiu no pós-guerra; ao contrário, a montagem e a consolidação dos primeiros segmentos manufatureiros — têxteis, alimentos e bebidas — já tinham se iniciado no final do séc. XIX. Foi, em grande parte, uma decorrência do próprio processo de expansão e diferenciação das economias primário-exportadoras regionais, notadamente a cafeeira.

Com efeito, a expansão das atividades exportadoras repercute em outros setores produtivos, como os de transportes, comércio e serviços bancários. Este conjunto faz surgir e crescer a massa de assalariados, vale dizer, o mercado interno, que inicialmente seria suprido pelas importações. Com a elevação da escala e a ocorrência de algumas crises cambiais, eleva-se a rentabilidade de alguns segmentos industriais que começam a instalar-se no país.

Viu-se também que, a partir dos anos 30, a redução da capacidade de importação da economia brasileira influi decisivamente no ritmo do crescimento industrial e na própria participação do setor público na esfera econômica. De fato, o Governo passou a administrar as compras externas mais rigidamente, a partir de um critério de essencialidade, dando-se preferência às importações de produtos que não fossem produzidos localmente *vis-à-vis* os que pudessem sê-lo, ainda que com certo sacrifício da qualidade e de custos. Com isso, o setor secundário tornava-se mais complexo, como se depreende da Tabela I-1, que mostra a composição do setor em 1920 e 1949.

Persistiram, no entanto, algumas barreiras ao avanço da industrialização: a reduzida dimensão do mercado, notadamente para os segmentos pesados; a limitada capacidade financiadora dos agentes públicos e privados e a escassez de divisas dificultavam o alcance de novos patamares de desenvolvimento e a diversificação do parque industrial nacional, na direção dos setores então chamados básicos.

São bastante conhecidas as deficiências de um conjunto industrial apoiado predominantemente nas indústrias leves: além da fraqueza dos efeitos de encadeamento, dificultando a manutenção de um processo de crescimento auto-sustentado, é grande a dependência em relação às importações, sobretudo devido à sua maior incompressibilidade.

De outro lado, as empresas privadas concessionárias de alguns destes serviços públicos — ferrovias, distribuidoras de energia, portos — também encontravam dificuldades para expandir sua oferta. Além dos já conhecidos e graves obstáculos às importações, decorrentes da insuficiência de divisas e, posteriormente, do estado de guerra, as cláusulas de remuneração, desconsiderando o fenômeno inflacionário, não estimulavam reinversões.

No que toca ao setor industrial, portanto, pode-se dizer que os principais entraves situavam-se do lado da oferta, contrariando algumas pessimistas e etnocêntricas teorias do subdesenvolvimento, que colocavam ênfase nas questões de procura, nos aspectos étnicos e culturais etc.

De fato, apesar da relativamente reduzida dimensão do mercado interno, uma mera descrição da pauta de importações do imediato pós-guerra revela os espaços onde seria viável a implantação ou a expansão de certos ramos do setor secundário. Este é o conteúdo da Tabela 2, que mostra a composição da pauta de importações no ano de 1950.

Verifica-se de plano a importância relativa das importações dos bens de consumo duráveis, uma etapa clássica do processo de industrialização das economias de mercado de "industrialização retardatária". A própria presença na pauta de importações demonstra, obviamente, a existência prévia de procura, um requisito do processo de substituição de importações.

Subsidiariamente, ainda no que toca à oferta, tem-se apontado a ausência de grupos empresariais dinâmicos de grande porte e de comportamento moderno. Embora se trate de um fator de difícil mensuração, não restam dúvidas de que eram raros os grandes grupos empresariais no País, e ainda mais raros os que adotaram técnicas gerenciais compatíveis com a época. Na verdade, dada a difícil disponibilidade de crédito de longo prazo, não é possível estabelecer uma relação causal entre capacidade empresarial e crescimento econômico do setor privado. Registre-se, ainda assim, a incipiente formação do empresariado nacional, pouco propenso — ou pouco capaz involuntariamente — a investir em empreendimentos de grande vulto.

Dessa forma, conclui-se ter sido razoável a ênfase da política econômica no lado da oferta; tratava-se de adotar medidas que, em prazo relativamente curto, alterassem o cenário econômico, de modo a propiciar condições para o aprofundamento da industrialização. Dentre estas, avultava também a questão financeira, para cuja solução o BNDES seria um importante instrumento.

Vista em perspectivas, é inegável que esta opção não equacionava todos os problemas da economia brasileira. Sem incorrer no vício falacioso do *post hoc, ergo propter hoc*, a distância temporal permite afirmar que se germinou aí um perfil de procura que encerrava em seu bojo alguns determinantes de perda de dinamismo. Trata-se, porém, de questão polêmica, que será examinada mais adiante.

1.3. A criação do BNDES: antecedentes, funções e origens dos recursos

Como já se viu, partiu da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos a sugestão de criação de um órgão que gerisse o programa de reaparelhamento e desenvolvimento do país, o qual deveria contar com recursos externos — provenientes do BIRD e do Eximbank — e internos firmes.

Os recursos externos estariam vinculados à existência de projetos, enquanto os internos seriam a base de criação da nova instituição. Já se mencionou a dificuldade de se contar com mecanismos tributários ágeis para tal fim, de modo que ao cabo do exame de diversas alternativas, o Governo optou pelo lançamento de um empréstimo compulsório, a ser cobrado através do pagamento de adicional ao Imposto de Renda. Para isso, aprovou-se a Lei n.º 1.474 (de 26.11.1951), que vinculou esta receita adicional a um fundo financeiro, destinado exclusivamente aos projetos integrantes do Programa de Reaparelhamento Econômico.

Este adicional representava, pois, uma fonte firme de recursos, embora por prazo limitado. Originalmente, sua cobrança deveria extinguir-se em 1956, prazo que foi dilatado até o exercício de 1966 (Lei n.º 2.973, de 26.11.1956). Contava-se ainda com uma vantagem suplementar: tais recursos, por se constituírem em dotação orçamentária, não requeriam remuneração e eram repostos anualmente. Não integravam, contudo, o patrimônio do BNDES. Isso permitia, entre outras coisas, que o novo órgão aplicasse em determinados empreendimentos, sem que a preocupação predominante fosse a rentabilidade privada destes. Ver-se-á no próximo capítulo quão importante foi esta característica.

De fato, o ônus da dívida cabia ao Poder Executivo, que pela mesma Lei n.º 1.474 ficou autorizado a emitir títulos da dívida pública, com o objetivo de atender à devolução dos adicionais.

Uma vez estabelecida a principal fonte de recursos, tratou o Poder Executivo da instituição do organismo que iria geri-los, criado finalmente a 20 de junho de 1952, pela Lei n.º 1.628. O BNDES foi criado com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria e sob jurisdição do Ministério da Fazenda.

Suas principais funções também foram estabelecidas em lei: executar a legislação específica referente ao Programa de Reparelhamento Econômico e atuar como agente do Tesouro Nacional nas operações financeiras referentes àquele programa, estabelecendo as linhas gerais para a sua atividade e fixando a sua organização. Além disso, a mesma lei delegou ao BNDES competência para dar a garantia do Tesouro a créditos externos, conforme autorizações legais.

A lei n.º 1.628, finalmente, concedeu ao BNDES novas fontes de recursos: depósitos compulsórios na sua conta de: até 4% dos depósitos das Caixas Econômicas Federais; até 25% das reservas técnicas das companhias seguradoras; e até 3% da receita anual dos órgãos de Previdência Social, excluída a quota que cabe à União.

Estavam completados, assim, os atos que nortearam a criação do BNDES: de um lado, definiram-se e instituíram-se as fontes de recursos; de outro, estabeleceram-se os setores aos quais o BNDES deveria, por força de lei, conceder prioridade em suas aplicações.

2

A EVOLUÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BNDES

2.1. As sucessivas prioridades setoriais do BNDES

O reaparelhamento econômico, primeira função que coube ao BNDES como agência financiadora, atribuiu claras prioridades setoriais, a partir dos diagnósticos governamentais e da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos.

Como já se mencionou, era notória a deficiência de infra-estrutura: obsoleta em alguns casos, insuficiente em outros. No seu primeiro triênio de funcionamento, as aplicações do BNDES destinaram-se, na sua quase totalidade, à melhoria da infra-estrutura, predominando o reaparelhamento ferroviário e a eletrificação.

Neste período tratou-se mais de melhorar a rede de transporte — tanto de passageiros quanto de carga — do que de estender a quilometragem então existente. Neste triênio (1953/55), cerca de 54% dos desembolsos dirigiram-se ao setor ferroviário, enquanto à energia elétrica couberam 22%.

Releva notar já estar aí presente o papel germinativo da ação financiadora do BNDES: em ambos os casos, a ajuda pioneira precedeu a criação de duas importantes *holdings* do Governo Federal: a Rede Ferroviária Federal S.A. e a Centrais Elétricas do Brasil S.A.

A prioridade concedida ao setor ferroviário não foi, porém, de longa duração. A própria marcha da industrialização brasileira, apoiando-se na indústria automobilística e, conseqüentemente, no transporte rodoviário, fez deslocar os investimentos para este último, de que não participou diretamente o BNDES.

Assim, elevou-se inicialmente a importância relativa do setor de energia elétrica, cuja escassez nos anos 50 chegava a bloquear as atividades produtivas. Como gestor do Fundo Federal de Eletrificação — FFE, o BNDES dedicou-se ao programa de eletrificação, viabilizando a execução de projetos de alta relevância, seja através da concessão de financiamentos, seja mediante a prestação de avais a empréstimos contraídos no exterior. Até 1962 — data da criação da Eletrobrás — o BNDES foi o principal responsável pela grande elevação da oferta, respondendo por cerca de um terço dos investimentos do Banco. Observe-se que, mesmo depois do surgimento da Eletrobrás, o BNDES não deixou de atuar nesta área, embora com menor importância e, por vezes, sob outro enfoque.

Este setor, como se sabe, tornou-se vital para o aprofundamento do processo de industrialização, sobretudo se se pensar na sua concentração espacial, requerendo elevado nível de oferta na região sudeste. O setor foi efetivamente consolidado, não representando qualquer óbice à expansão industrial, com os investimentos antecipando-se ao próprio crescimento da procura.

Com o prosseguimento e o aprofundamento do processo de industrialização, e implantados os ramos ditos leves, elevou-se a necessidade de consumo de aço, cuja produção doméstica era então insuficiente. Concedeu o BNDES prioridade a este setor, até hoje grande recipiendário dos seus recursos; já em 1954, são aprovados os primeiros projetos, participando o Banco, a partir daí, de todos os principais empreendimentos do setor. Entre 1958 e 1967, cerca de 50% dos recursos do BNDES foram destinados à siderurgia, onde também se atingiu virtualmente a auto-suficiência. Também aqui, cabe observar o papel pioneiro do BNDES: uma vez implantado o setor, o Governo Federal houve por bem instituir a Siderbrás, *holding* siderúrgica (1973).

É ocioso destacar a vital importância deste setor, sem o qual não se viabilizaria a industrialização, como o demonstram algumas experiências internacionais da própria América Latina: a fragilidade de um parque industrial sem indústrias pesadas pode interromper o processo de desenvolvimento econômico, sobretudo se se recorda das características usuais de mercado interno restrito e de crônicas dificuldades de balanço de pagamentos.

Esta segunda fase, onde energia e siderurgia absorveram cerca de metade dos recursos aplicados pelo BNDES, termina, grosso modo, em 1963, ano que marca o agravamento da crise por que passa a economia brasileira, com acentuada perda de dinamismo.

Não cabe aqui interpretar esse fenômeno; importa, contudo, ressaltar as suas correlações com as mudanças de ênfase do BNDES, tanto no que toca às prioridades setoriais quanto às modalidades de apoio, que serão examinadas na próxima seção.

Nesta terceira fase, que durará cerca de dez anos, o BNDES não só amplia o leque de setores apoiados, como transcende o próprio setor industrial, concedendo financiamentos ao desenvolvimento tecnológico, à comercialização de equipamentos, para capital de giro, para a pequena e média empresa. (seção 2.3).

No que diz respeito às prioridades setoriais propriamente ditas, a desaceleração da economia e a conseqüente capacidade ociosa não sugeriam a implantação de grandes novos projetos, sobretudo nos setores tradicionalmente apoiados pelo Banco, os quais no início dos anos 60 apresentavam uma situação de excesso de oferta. Nada mais racional, portanto, que se diversificasse o apoio a maior número de segmentos, tanto de base quanto de bens de consumo. Além disso, o apoio às pequena e média empresas e à comercialização de equipamentos são programas que atingem virtualmente todos os setores produtivos.

A Tabela 3 ilustra essa desconcentração dos investimentos do BNDES, podendo-se verificar, por outro lado, a presença dos setores que sempre receberam apoio do Banco. Nota-se ainda uma maior importância dos "novos" setores. Nesse sentido, o BNDES pôde participar ativamente da fase de retomada do crescimento, que se

inicia em fins da década de 60: os novos instrumentos revelaram-se particularmente eficazes no período de capacidade ociosa, operando como modalidades adicionais de sustentação. Com a reaceleração da economia, intacto o parque industrial, pôde o país alcançar rapidamente elevadas taxas de crescimento.

É precisamente ao cabo desta nova fase de crescimento acelerado que se pode situar o começo de outra etapa de prioridades setoriais. Com efeito, em 1973 a taxa de crescimento do produto real que se atingiu (14%) não voltaria a ser alcançada nos anos seguintes, por um conjunto de fatores exógenos e endógenos.

No que toca aos primeiros, avulta a primeira alta dos preços de petróleo, parcialmente responsável pela reorientação de política econômica que então se processou e que gerou reflexos na atuação do BNDES.

Julgou o Governo Federal que, diante da grande dependência em relação ao petróleo importado e da absoluta impossibilidade de se reduzirem estas importações sem a virtual paralisação da economia, a política mais adequada seria aliviar a pauta de importações de alguns componentes cuja produção doméstica se revelasse viável. Em alguns casos, ter-se-iam custos alternativos mais elevados, mas compensados pelo fato de os dispêndios efetivarem-se em moeda nacional.

Naquele estágio da industrialização brasileira, a substituição de importações somente poderia fazer-se em dois grandes grupos: insumos básicos e bens de capital. No primeiro, incluir-se-iam minerais e minérios, produtos siderúrgicos e metalúrgicos de não-ferrosos, produtos químicos e petroquímicos, fertilizantes, celulose, papel e cimento.

É desnecessário ressaltar a importância estratégica desses setores, possuidores de intensos efeitos de encadeamento e vitais para o processo produtivo de numerosos outros ramos, intermediários ou finais. No que toca aos bens de capital, sua relevância é acrescida pela componente tecnológica embutida, pré-condição para níveis mais avançados de desenvolvimento econômico, e para a própria consolidação do setor, seja atuando no mercado interno ou no externo, como já vem ocorrendo.

Estabelecidas as prioridades acima mencionadas — consubstanciadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento —, o BNDES preparou-se rapidamente para essas novas tarefas. Além dos programas estabelecidos no 1.º Plano Quinquenal de Ação do BNDES (1974-1978), que já contemplavam os novos setores prioritários com a possibilidade de exercer suas funções mais agilmente, criaram-se duas subsidiárias com a finalidade exclusiva de apoiar dois ramos específicos (ver seção 2.2): a Mecânica Brasileira S.A. — EMBRAMEC e a Insumos Básicos S.A. — FIBASE.

A Tabela 4 mostra estimativas deste apoio maciço do BNDES e de suas subsidiárias. Verifica-se que, no quadriênio 1975/78, o apoio anual a estes dois setores representou cerca de 60% do total de desembolsos do Sistema.

Em termos estritamente quantitativos, este esforço não pode ser subestimado, como atestam os valores da aludida tabela. O BNDES, contudo, não se limitou a apoiar empreendimentos que espontaneamente ingressavam em sua carteira, com pedidos de financiamento; assumiu, na verdade, uma postura dinâmica e ativa, efetuando estudos e oferecendo condições à iniciativa privada para ocupar eventuais espaços vazios detectados. Com isso, viabilizaram-se numerosos e importantes projetos em ramos como aço, equipamentos, celulose e papel, petroquímica, soda cáustica e cloro, cobre, alumínio, estanho, zinco etc... Pode-se dizer que nenhum empreendimento nacional de vulto implantou-se sem o apoio do BNDES, que continua presente na maior parte deles.

Passado quase um decênio, não há como negar que a ação foi bem sucedida; as exportações de bens de capital, por exemplo, se medidas pelo índice de quantum, elevaram-se 484% entre 1973 e 1979, enquanto o índice relativo à indústria de transformação como um todo aumentou 99%.

Não se nega tampouco que, em alguns casos, sobrestimou-se a ulterior expansão da procura; como já se mencionou, não se repetiram as elevadas taxas de crescimento do período 1969/1973, o que,

entretanto, não era um fato facilmente previsível. Mais importante, ao que parece, é a implantação de dois setores vitais, ainda que parte deles esteja temporariamente operando com capacidade ociosa.

Em 1979, já são outras as condições da economia brasileira e, também, da economia internacional; a nova situação do mercado de petróleo não mais permite que se ataque o problema apenas sob a ótica indireta de economia de divisas. Torna-se premente economizar energia e envidar novo esforço de exportações, para multiplicar a geração de divisas.

Uma vez mais, o papel do BNDES adquire caráter de pioneirismo; depois de deflagrado o esforço inicial naquelas prioridades de 1974/78, com os projetos já implantados ou em vias de implantação, voltou-se o Sistema BNDES para apoiar as novas prioridades do Governo Federal.

Estas prioridades surgem dos próprios objetivos principais da política econômica: controle da inflação — que se acelerara significativamente — e defesa do balanço de pagamentos, que se deteriorara perigosamente. Decide o Governo Federal estabelecer três prioridades que guardam certa interdependência: energia, agricultura e exportações.

A prioridade em energia é uma consequência óbvia do chamado segundo choque do petróleo: fontes antes antieconômicas tornaram-se rentáveis, e quaisquer dispêndios em cruzeiros são preferíveis às importações de petróleo.

O setor agrícola é um grande gerador de divisas, não podendo deixar de ser apoiado pelo Governo Federal, ainda que o país não controle, evidentemente, as cotações das *commodities*.

Quanto à infra-estrutura, liga-se às primeiras duas prioridades: de um lado, busca-se racionalizar o uso de energia — desperdiçado sobretudo nas grandes cidades — e de outro, facilitar o escoamento das safras exportáveis, tarefa crucial quando se está permanentemente deslocando a fronteira agrícola.

Lamentavelmente, tratava-se de uma época de escassez de recursos, buscando o Governo reduzir suas despesas, de forma a eliminar um poderoso foco inflacionário: o déficit orçamentário e a conseqüente expansão da oferta monetária. Dessa forma, no triênio 1979/81, o orçamento do BNDES sofreu perdas significativas, o que, aliado aos compromissos anteriormente assumidos, não permitiu que o Banco abraçasse as novas prioridades com a sua habitual pujança.

Ainda assim, alguns resultados expressivos foram alcançados, principalmente levando-se em consideração a perda acumulada na oferta de recursos de 30% nos três anos mencionados. No domínio da energia, podem ser arrolados o Proálcool, o Programa Conserve e o apoio a Itaipu, através da FINAME.

No campo da infra-estrutura, sobressaem as operações com a RFFSA e os investimentos em estradas vicinais, além de financiamentos ao estabelecimento de distritos industriais e à infra-estrutura do Projeto Carajás.

A Tabela 5 mostra a composição dos desembolsos no último biênio, observando-se a reorientação das prioridades do BNDES, gradual mas significativa. Sem abandonar os setores escolhidos no período anterior, foi possível começar a atuar em setores até então residuais na instituição, nos últimos vinte anos.

Em maio do corrente ano, finalmente, o BNDES recebeu novas atribuições, concomitante à nova fonte de recursos, como será detalhado na próxima seção. Segundo o Decreto-Lei n.º 1.940, de 25 de maio de 1982, a contribuição social então instituída deverá ser aplicada em dispêndios de natureza assistencial, e exclusivamente em educação, alimentação, saúde, habitação e assistência ao pequeno agricultor. Trata-se, sem dúvida, de atividades produtivas para as quais o BNDES só tem colaborado esporadicamente. Não resta dúvida, contudo, de que é um importante alargamento das funções do BNDES e de que não poderiam ser mais meritórios os seus objetivos.

2.2 Sistema BNDES, evolução do nível e das fontes de recursos

Na história de uma instituição financeira, a evolução de suas fontes de recursos — bem como de seus níveis — é evidentemente um aspecto crucial. Da sua capacidade de financiamento dependem, sem dúvida, sua qualidade de atuação e suas possibilidades de atingir os objetivos a que se propõe.

O BNDES não constitui exceção a esta regra, ainda mais porque, ao longo dos seus trinta anos de existência, tem sido sempre a

principal agência de fomento do País, influenciando de maneira decisiva nos próprios padrões da industrialização brasileira e em suas modalidades de funcionamento.

Do ponto de vista de seus recursos, a história do BNDES pode ser dividida em quatro fases, claramente demarcadas. A primeira — de que se falou no primeiro capítulo deste trabalho — inicia-se com a própria criação do Banco, subsequente à instituição do Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE), em 1951. A quarta fase — de origem recente — prende-se à criação do Finsocial, que será descrita mais adiante.

No que diz respeito à primeira fase, já se apontaram suas principais características, relevando adicionar, porém, que os esperados recursos externos não ingressaram no país, contando o BNDES tão-somente com as fontes internas já mencionadas. Isto deveu-se possivelmente a razões de caráter político, relacionadas tanto à mudança do Governo brasileiro como a determinadas exigências técnicas por parte dos organismos internacionais, e ainda aos interesses europeus e asiáticos dos Estados Unidos.

Cabe assinalar ainda que o prazo originalmente fixado para a vigência do empréstimo compulsório (cinco anos) foi dilatado por mais dez, refletindo, sem dúvida, a necessidade de se continuar contando com esta fonte firme de recursos. O novo prazo, contudo, tampouco foi cumprido: em 1964, dentre diversas mudanças — inclusive a nova vinculação ao então Ministério Extraordinário do Planejamento Econômico — avulta a extinção do aludido empréstimo e

a sua substituição por uma quota fixa de 20% sobre o produto da arrecadação do Imposto de Renda (não restituível).

Esta alteração teve vida curta, vigindo somente no biênio 1965-1966; já no ano seguinte, instituiu-se novamente um adicional de 10% sobre o Imposto de Renda, adicional este válido somente para o exercício de 67. Encerra-se, assim, o que se denominou aqui de primeira fase na evolução das fontes de recursos.

Todas essas mudanças refletem, de certa maneira, as dificuldades por que passou o BNDES na sua tarefa de captação de recursos, no sentido de cumprir suas finalidades. Revelam ainda a crônica dificuldade do Governo Federal em suprir recursos, mantendo ao mesmo tempo o equilíbrio orçamentário ou ao menos um déficit de proporções razoáveis.

O adicional de Imposto de Renda foi sempre responsável por mais da metade dos recursos ingressados no BNDES no período 1953-1965, como se depreende da leitura da Tabela 6. Esta participação, contudo, apresenta tendência decrescente ao longo do período, o que pode ser explicado por uma relativa inadequação da máquina arrecadadora à aceleração da inflação e pelo surgimento de novas fontes de recursos e de novas oportunidades de captação.

Duas outras fontes importantes de recursos neste mesmo período foram provenientes do Acordo AID/BNDES e do próprio Tesouro Nacional, sob a rubrica de dotação orçamentária. O Acordo da Agency for International Development, também conhecido como o Acordo

do Trigo, originou-se de convênio firmado entre os Governos brasileiro e norte-americano. Por intermédio dele, permitia-se a venda, entre outros produtos, de excedentes agrícolas dos Estados Unidos, mediante pagamentos em cruzeiros; parte destes recursos era, então, emprestada ao Governo Federal com o objetivo de ser aplicada pelo BNDES.

Na segunda metade dos anos 50, tais recursos tiveram certa importância, correspondendo a cerca de 40% do total de recursos disponíveis anualmente, entre 1956 e 1959. Em 1967, esta fonte desapareceu.

No que toca às dotações orçamentárias, o Tesouro Nacional efetivou numerosos aportes ao BNDES, mediante contribuições para sucessivas elevações de capital. Nos anos 60, tornou-se mais expressiva, substituindo parcialmente a fonte de origem norte-americana.

Verifica-se, assim, que ao longo dos primeiros dezesseis anos de atividade, o BNDES contou predominantemente com recursos governamentais de origem fiscal; embora pudessem variar em magnitude e forma, possuíam a inegável vantagem de não incidirem sobre eles custos de remuneração ou exigências de retorno. Por outro lado, as diversas mudanças ocorridas sugerem que não se chegará ao estabelecimento de um fluxo permanente de ingressos, havendo sempre um certo caráter de transitoriedade nas várias formas escolhidas.

A partir de 1968, tem início a segunda fase, que se prolongaria até 1974; neste período, o BNDES procurou diversificar suas fontes de recursos, buscando, inclusive, a captação junto ao mercado internacional. Esta última alternativa, na verdade, não foi específica do BNDES, mas da própria economia brasileira, que passou a buscar mais intensamente os financiamentos internacionais (Ver Tabelas 7 e 8.).

Com efeito, a grande quantidade de dólares no mercado de divisas levou os bancos internacionais privados a oferecerem crédito barato aos países menos desenvolvidos, até então virtualmente ausentes desses mercados e clientes cativos das instituições internacionais públicas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No caso do BNDES, além de ter recorrido ao mercado privado, também o fez junto às agências internacionais públicas, cujo aporte de recursos adquiriu alguma expressão à época. Por outro lado, os ingressos de origem fiscal não tiveram diminuída sua importância, continuando a responder por cerca de metade do orçamento do órgão. Agora, estes recursos provinham basicamente de dotações orçamentárias e da chamada Reserva Monetária, constituída pela receita do Imposto sobre Operações Financeiras, recolhida ao Banco Central do Brasil, não fazendo parte, portanto, do orçamento fiscal.

Ainda aí, contudo, não desapareceram os problemas decorrentes da instabilidade dos fluxos de recursos, e surgiu uma outra característica até então

praticamente ausente: a necessidade de remunerar os recursos tomados no mercado internacional.

Esta característica acompanhará o BNDES também na sua terceira fase, cuja principal novidade foi o grande volume de recursos que passou a integrar o orçamento do Banco. Em 1974, transferiram-se para o BNDES os recursos constituídos pelo atualmente denominado Fundo PIS-Pasep, antes captados e administrados pela Caixa Econômica Federal (PIS) e pelo Banco do Brasil (Pasep), que a partir de então ficaram responsáveis somente por sua captação e arrecadação.

Como se sabe, o Programa de Integração Social (PIS) fora criado em 1971, seguindo-se pouco depois o Pasep, ambos como instrumentos de participação dos assalariados nos resultados das empresas. É imperiosa, destarte, a garantia de remuneração mínima, de maneira a não erodir o patrimônio do trabalhador, assegurando o caráter redistributivo do programa.

A decisão de transferir este expressivo montante de recursos insere-se num quadro mais amplo de planejamento governamental e da estratégia então utilizada para se lidar com a elevação dos preços do petróleo. Em outras palavras, escolheu-se o BNDES como o instrumento básico da viabilização financeira do vasto e ambicioso programa de substituição das importações de insumos básicos e de bens de capital.

Com isso, ingressou o BNDES em novas áreas, sem, contudo, abandonar os setores já tradicionalmente apoiados. A Tabela

II-6 mostra esta evolução, podendo-se aquilatar o vulto desta nova fonte de recursos.

De fato, já em 1974, as aplicações do BNDES cresceram cerca de 88% (em termos reais) em relação a 1973, e, em 1975, este percentual atingiu 70%.

É fácil imaginar, dessa forma, que os recursos provenientes do Fundo PIS-Pasep tornaram-se rapidamente a mais importante fonte de recursos do Sistema BNDES, chegando a alcançar em 1978 cerca de 50% do total orçamentário. Esta maior importância relativa refletiu-se no custo médio de captação do BNDES, uma vez que, por determinação legal, o Fundo PIS-Pasep deve ser remunerado a juros anuais de 3%, acrescidos da correção monetária segundo a variação das ORTN.

A elevação dos custos médios de captação foi, por outro lado, acelerada também pela queda progressiva das entradas dos recursos de origem fiscal. Com efeito, as dotações orçamentárias reduziram-se ao longo dos últimos anos, até desaparecerem do orçamento do Sistema BNDES a partir de 1980 (Ver Tabela 8.). Da mesma forma, as transferências da Reserva Monetária acabaram por ser eliminadas, no orçamento de 1982, pelo Conselho Monetário Nacional.

Dois outros fatores também contribuíram para o mencionado encarecimento. De um lado, os retornos de empréstimos passados tiveram diminuída sua importância relativa, parcialmente devido à política de financiamentos com correção monetária subsidiada e à aceleração da inflação.

De outro lado, as mudanças importantes no mercado financeiro internacional, elevando drasticamente as taxas de juros, oneraram os encargos financeiros do BNDES, já que a maior parte do seu passivo com instituições estrangeiras está constituída por empréstimos sujeitos a taxas flutuantes.

Com isso, estreitou-se a gama de alternativas de captação de recursos, o que, aliado à política contencionista posta em prática pelo Governo Federal, terminou por comprometer o nível dos recursos disponíveis. A partir de 1979, e até 1982, vem-se reduzindo o orçamento do Sistema BNDES, o que, de certa maneira, não é senão um reflexo das dificuldades por que passa a economia brasileira, notadamente no que toca às pressões inflacionárias e ao déficit do balanço de pagamentos.

A captação de recursos junto aos bancos internacionais, ~~como se viu~~, só passou a ter alguma importância para o BNDES, com a criação do Fipeme em 1965. Este programa teve origem nos acordos de empréstimos firmados entre o BNDES e o BID, que previam o repasse de US\$ 27 milhões daquele organismo internacional para financiar exclusivamente projetos de pequenas e médias empresas.

Desde então, a participação dos recursos externos no orçamento do BNDES cresceu de uma média de 6%, nos primeiros cinco anos, até cerca de 13% no período 1977-1981. Isto representou um crescimento mais que proporcional dos repasses externos, apesar de o volume global de recursos geridos

pelo Banco ter, por sua vez, aumentado 7,5 vezes em termos reais, desde 1965 (Ver Tabela 9.).

Esta tendência de crescimento da captação junto ao sistema financeiro internacional esteve também associada a uma mudança radical na origem destes recursos. Nos anos 60 e na primeira metade dos anos 70 eram as instituições financeiras oficiais — Banco Mundial e BID, principalmente — aquelas que mais emprestavam ao BNDES. No último quinquênio, entretanto, mais de 90% dos recursos tomados no exterior foram sob a forma de empréstimos em moeda junto aos bancos privados internacionais.

Este fato tem duas implicações importantes. A primeira delas foi aumentar relativamente a autonomia do Banco com relação às suas aplicações. Os empréstimos em moeda, ao contrário do financiamento das instituições oficiais, não estão sujeitos a nenhuma restrição contratual no que diz respeito ao seu uso final.

A segunda foi fazer com que boa parcela do passivo do BNDES ficasse sujeita às taxas flutuantes do euromercado, além da própria correção cambial. As taxas de juros dos bancos oficiais são, em geral, fixas e inferiores às do mercado privado. Esta mudança na origem da captação externa permite que, nas ocasiões em que as taxas externas estejam muito elevadas¹, o custo de captação destes recursos seja superior à taxa média dos empréstimos do Banco.

¹ Esta situação vem ocorrendo recentemente, uma vez que a soma da correção cambial mais os juros externos — estes em torno de 16% a.a. — é superior à correção monetária mais os juros internos (até 12% a.a.).

2.3. A evolução institucional do Sistema BNDES

Ao longo desses trinta anos, o BNDES não só foi reorientando suas prioridades como diversificando suas modalidades de apoio aos setores produtivos, promovendo ainda as adaptações necessárias na sua organização administrativa. Ambos os aspectos, naturalmente, integram o que se está chamando aqui de evolução institucional, não se esquecendo tampouco da forma de inserção da instituição no organograma do Governo Federal.

No que toca aos mecanismos de apoio e à destinação deste, verificou-se em seção anterior que, em quase toda a primeira década de sua atuação, voltou-se o BNDES para a sua precípua função de reaparelhamento econômico, financiando a infra-estrutura e as indústrias pesadas.

Uma vez eliminados — ou pelo menos atenuados — os chamados pontos de estrangulamento, criando-se condições de oferta para o crescimento ulterior — no jargão da época, tratava-se de estimular os *forward linkages* ou efeitos para frente — pôde o BNDES apoiar também atividades produtivas de caráter ancilar, mas nem por isso menos importantes, sobretudo se se adota uma visão global e abrangente do processo de desenvolvimento.

Assim é que, paulatinamente, ampliou-se o leque de alocação de recursos a promover o desenvolvimento: passou-se a apoiar o desenvolvimento tecnológico, em todos os seus estágios; a educação

de pós-graduação, além do aperfeiçoamento técnico-administrativo; as pequena e média empresas, até então carentes de um programa específico em todo o quadro institucional brasileiro; a comercialização de máquinas e equipamentos, que tampouco contavam com linhas próprias de financiamento; e ainda a capitalização das empresas nacionais. Subsidiariamente, embora de forma temporária, procurou-se proteger e modernizar o parque industrial já implantado, que eventualmente enfrentasse dificuldades, através, inclusive, de operações que se destinavam a “sanear” o passivo, de forma a mantê-los em operação, competitivamente.

De todas essas modalidades de apoio, avultam os programas de Desenvolvimento Tecnológico e o de Financiamento a Pequenas e Médias Empresas. O primeiro deles — Funtec — foi criado em 1964 e marcou o início do processo de diversificação das atividades de apoio, do BNDES. Como se verá mais minuciosamente no próximo capítulo, esse programa surgiu da constatação de que, após um esforço de substituição de importações com tecnologia importada, era necessário internalizar a capacidade tecnológica, para elevar a competitividade e a rentabilidade da indústria brasileira.

No que toca ao Fipeme, criado em 1965, duas características devem ser preliminarmente apontadas. Primeiramente, representou um importante alargamento do universo das empresas apoiadas pelo BNDES, as quais se constituem em importante elo da cadeia produtiva.

Em segundo lugar, tratou-se da primeira experiência do BNDES acerca de descentralização operacional. Com efeito, dados o grande número de postulantes e o relativamente pequeno valor dos financiamentos pleiteados, o BNDES passou também a operar através de Agentes, que formariam posteriormente a rede de bancos de desenvolvimento e de investimento, repassadores de recursos do BNDES. A partir de 1970, aliás, a sua participação direta começou a declinar, e já em 1972 os Agentes Financeiros eram responsáveis pela totalidade dos recursos aplicados sob essa rubrica.

A partir daí, e dada a amplitude nacional do Fipeme, a alternativa dos repasses alargou-se, sempre visando à maior eficiência operacional e à possibilidade de atingir um maior número de beneficiários, já que são inegáveis as vantagens comparativas das instituições locais, em virtude de seu conhecimento específico e de seu maior poder de penetração, elevando-se o número potencial de tomadores.

Assim, a mecânica dos repasses foi também adotada em outras modalidades de apoio, e ademais procurou-se contribuir para o fortalecimento dos Agentes, de modo que estes pudessem melhor cumprir suas finalidades, tais como descritas acima. No mesmo ano de 1972, o BNDES criou o Programa de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento — PEB, visando a fortalecer, em especial, aqueles agentes localizados nas regiões

menos desenvolvidas. Atualmente, como se verá mais adiante, os agentes participam de vasta gama de programas e modos de apoio do Sistema BNDES.

Em 1974, com o novo influxo de recursos originados do Fundo PIS-Pasep, fundiram-se os programas Fipeme e PEB, sendo substituídos pelo Programa de Operações Conjuntas — POC, ainda vigente e dotado de maior dinamismo. Com isso, do total de 11 agentes credenciados em 1970, chegou-se em 1981 a 59 instituições, no âmbito do POC.

Por outro lado, em 1975 foi instituída uma linha de financiamento às Unidades da Federação — que continua em vigor — para a elevação do capital dos bancos de desenvolvimento.

Paralelamente, ainda ligado ao objetivo de desenvolvimento das pequenas e médias empresas, o BNDES apoiou a criação de um órgão destinado ao aperfeiçoamento técnico-gerencial dos dirigentes dessas empresas: o Centro Brasileiro de Assistência à Pequena e Média Empresa — Cebrae, órgão vinculado à Seplan/PR, tal como o BNDES, que contribui com um terço de seus recursos orçamentários.

No que toca à comercialização de máquinas e equipamentos, em fins de 1964 criou-se um fundo de natureza contábil, que seria o embrião da Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, criada em 1965. O objetivo era atuar no campo da comercialização de máquinas e equipamentos industriais, de forma a fortalecer os setores já implantados com a ajuda do BNDES. A Agência, constituída como uma subsidiária, destina-se precipuamente a financiar — a médio e longo prazos — a aquisição de equipamentos e operar exclusivamente através de vasta rede de Agentes (mais de uma centena): bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos comerciais e companhias de crédito e financiamento.

Esta descentralização tem permitido, naturalmente, uma atuação bastante ágil, que transformou a FINAME na principal aplicadora de recursos do Sistema BNDES. A Tabela 10 mostra a evolução das aprovações e desembolsos da Agência, podendo ser cotejada com a série histórica dos desembolsos do Sistema (Tabela A-1). Verifica-se por exemplo, que em 1981, seus dispêndios representaram 40% do total aplicado pelo Sistema BNDES. A ação desta subsidiária revelou-se de grande valia para a consolidação do parque produtor de equipamentos, que teve sua produção escoada com maior facilidade, o que se revela benéfico também para aqueles compradores com mais difícil acesso ao crédito bancário, sobretudo de longo prazo.

Ainda no quadro da diversificação de apoio operacional, o BNDES instituiu, em 1970, o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI. Este fundo visava, em especial, aos ramos do setor secundário não atendidos usualmente pelos BNDES e que não puderam acompanhar o *boom* iniciado no final dos anos 60. Trata-se de ramos chamados tradicionais, cuja característica distintiva é a baixa taxa de crescimento ao longo do período 67-73: têxteis, vestuário, perfumaria etc. Devido à própria falta de dinamismo, a maior parte das empresas desses ramos encontrava-se excessivamente endividada e não se modernizara, do ponto de vista administrativo, gerencial e técnico-operacional.

Daí as duas principais destinações, interdependentes, dessa linha de crédito: saneamento do passivo das empresas e sua reestruturação técnica e gerencial. Sob essa rubrica, dispenderam-se cerca de Cr\$ 105 bilhões ao longo da década de 70 (Valores constantes de 1981 — ver Tabela 11.).

Uma outra forma de apoio surgida em 1974 implicou também importante reorganização administrativa. Com efeito, ao tradicional apoio financeiro sob a forma de financiamento de longo prazo, veio somar-se um apoio sob a modalidade de participação acionária, com evidentes vantagens no que toca à capitalização da empresa nacional. Ao invés de se concederem empréstimos, adquirem-se ações, que serão revendidas no momento oportuno, isto é, quando a empresa puder dispensar este tipo de apoio.

Para levar a cabo este novo modo de operação, julgou-se conveniente uma maior descentralização, criando-se três subsidiárias especializadas em participação acionária: Mecânica Brasileira S.A. — EMBRAMEC; Insumos Básicos S.A. — FIBASE; e Investimentos Brasileiros S.A. — IBRASA. As duas primeiras têm orientação setorial: destinam-se a fortalecer a capitalização das empresas de bens de capital e de bens intermediários, respectivamente. A IBRASA tem atuação mais diversificada, podendo exercer suas atividades na maior parte dos setores produtivos. A Tabela 12 apresenta a evolução de suas aplicações, a partir de sua criação. Observa-se sua crescente importância relativa, bem como o grande número de empresas que têm sido apoiadas. É digno de nota, ainda, o fato de que a IBRASA tem atingido, predominantemente, empreendimentos de médio e pequeno portes. Todas as três subsidiárias, ademais, também valem-se de agentes, dentro da tônica de descentralização.

Recentemente, decidiu-se fundir as três subsidiárias numa única, sem que se percam os principais objetivos que nortearam a sua criação. Trata-se, na verdade, de medida de racionalidade administrativa, visando à contenção de custos. Surgiu, dessa maneira, a BNDES Participações S.A. — BNDESPAR.

Paralelamente a esta forma de participação acionária, e dado o seu sucesso, o BNDES instituiu dois novos programas ligados à capitalização da empresa nacional: o Programa de Financiamento a Acionistas — Finac e o Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional — Procap. Com o primeiro, visava-se a financiar acionistas ou cotistas para aumento de capital; o segundo atuava, preferencialmente, através de financiamento de subscrição de ações, decorrentes de garantia firme outorgada a ofertas públicas de títulos, registradas no Banco Central do Brasil (Ver Tabela 13.). Completava-se, assim, o leque de instrumentos em favor da capitalização da empresa privada nacional: de um lado, as subsidiárias, atuando junto às empresas, participando de seu capital social; do outro, o BNDES, financiando quer pessoas físicas ou jurídicas já acionistas, quer terceiros, com o mesmo objetivo de capitalizar as empresas.

3

A ATUAÇÃO DO BNDES E OS OBJETIVOS PERMANENTES DA ECONOMIA BRASILEIRA

3.1. A consolidação e a verticalização do parque industrial nacional

Observando-se hoje a textura industrial brasileira e comparando-a com a das demais nações latino-americanas, percebe-se a intensidade do esforço efetuado pelo País nas três últimas décadas, e o quanto nosso parque industrial difere do existente no início dos anos 50. Embora o setor secundário nacional, àquela época, já apresentasse um certo destaque na América Latina, atualmente exhibe uma nítida superioridade, reflexo do cumprimento de um ciclo na política de investimento, durante o qual ocorreu a integração e consolidação da indústria.

Na trajetória seguida pela economia brasileira nesse período, o papel desempenhado pelo Banco foi relevante, pois o desenvolvimento da estrutura manufatureira exigiu um esforço nacional extraordinário, cujo sucesso dependia da mobilização de um instrumento de política econômica do gênero do BNDES. Isto porque os setores prioritários, pelas suas características e estágio embrionário, demandavam maior densidade e volume de capital, prazos longos de financiamento, além de apresentarem risco para os investidores. Em consequência, não exerciam atrativos a bancos privados, recaindo numa instituição como o BNDES a incumbência de apoiá-los.

Essa circunstância atribuiu ao Banco a oportunidade de participar intimamente do processo de industrialização, detectando, inclusive, necessidades e oportunidades de investimento por vezes não evidentes ao empresário.

A presença do BNDES, diretamente ou através de seus agentes, foi significativa não apenas nessa etapa, como também posteriormente, nas décadas de 60 e 70, quando se dá a consolidação da indústria nacional. Assim, investimentos foram paulatinamente efetuados nas áreas de insumos industrializados, equipamentos, componentes etc., completando a malha industrial brasileira, a ponto de: a) produzir internamente bens cuja demanda surgiu da própria industrialização recente; b) substituir e/ou restringir a importação de bens a um volume determinado por condicionamentos tecnológicos ou de mercado. Tal verticalização conferiu maturidade à indústria nacional, colocando-a entre as de maior dimensão internacional e, com isso, sujeita às flutuações típicas das economias desenvolvidas.

A velocidade e eficácia com que o Sistema BNDES se transformou ao longo desses 30 anos, sobretudo nos últimos 15 anos, reflete fielmente esses traços do processo industrial, conforme se constata, inclusive, pela multiplicidade das formas de apoio. A FINAME é um exemplo de uma modalidade de apoio concebida para consolidar um segmento industrial já implantado: o de bens de capital.

3.2. O apoio à empresa privada nacional e às pequenas e médias empresas

Em conjugação à sua finalidade de promover o desenvolvimento, o BNDES consubstanciou a sua atuação no sentido de propiciar à empresa privada nacional condições para ser o agente essencial desse desenvolvimento. Várias formas de apoio foram oferecidas, com o propósito de fortalecer a empresa privada nacional, disposta a firmar presença nos diversos setores produtivos.

Tão importante como o montante de recursos é a forma criativa como vem sendo canalizado, com a utilização às vezes simultânea dos múltiplos mecanismos de apoio administrados pelo Sistema BNDES, e com a disposição de assumir riscos que dificilmente seriam incorridos por outra instituição financeira. Tal disposição sempre se fundamentou na convicção de ser vital ao modelo econômico brasileiro consolidar a empresa privada nacional, de pequeno, médio e grande portes.

Como conseqüência dessa orientação, foi possível atenuar a tendência natural em expandir a indústria através, basicamente, do capital externo e do estatal, evitando-se que coubesse ao empresário privado local posições marginais. Nos últimos 10 anos, quando o País dedicou maior esforço em criar indústrias substitutivas de importação "pesada" (insumos básicos e bens de capital) e exportadoras, aumentou a possibilidade daquela repartição entre capital estrangeiro e estatal se confirmar, devido a: a) o ramo de bens de capital caracterizar-se pela

alta densidade de tecnologia contida no bem final, tecnologia que o País não dominava; e b) os insumos básicos terem como aspecto essencial a alta densidade de capital, necessária à instalação das unidades produtivas.

Se o perfil industrial brasileiro tivesse sido delineado sem a injunção de políticas como a executada por intermédio do BNDES, provavelmente a situação hoje seria a seguinte:

a) as empresas estrangeiras, detentoras de tecnologia de ponta desenvolvida na matriz, ocupariam o mercado interno protegido, a fim de produzir toda uma gama de bens de capital, máquinas e equipamentos; b) as empresas estatais de porte e detentoras de massa crítica de capital e de experiência setorial, gerencial e administrativa, tenderiam a assumir papel cada vez mais significativo no esforço de substituição de importações de insumos básicos.

Esse cenário evidencia o quão inseguras eram as oportunidades de a empresa privada nacional participar efetivamente do crescimento dos setores mais dinâmicos e personificadores do controle econômico do País. Se medidas decisivas, audaciosas e pouco ortodoxas não tivessem sido praticadas, principalmente através do BNDES, o cenário hipotético descrito acima poderia ter-se tornado realidade.

A empresa privada nacional ver-se-ia, nesse caso, confinada aos setores menos modernos, cercada e freada em sua evolução pela própria natureza e pela própria dinâmica do processo substitutivo das importações.

Consciente dessa realidade, ativou o BNDES um conjunto de medidas e um instrumental de apoio que o converteu em baluarte de sobrevivência da empresa privada nacional, objetivando uma convivência equilibrada com a estrangeira e a estatal.

3.3. O BNDES e o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico

A criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, que posteriormente se transformou no Programa de Desenvolvimento Tecnológico, deu-se em 1964.

À época de sua criação, havia não só a consciência de que não há desenvolvimento autêntico sem domínio da tecnologia, mas também a compreensão da necessidade de investimentos em ciência, face aos novos rumos da industrialização, já agora voltada para setores industriais de mais elevada densidade tecnológica.

Nesse sentido, os recursos iniciais do programa tiveram duas destinações básicas: a) apoiar cursos de pós-graduação para a formação de Mestres e Doutores em Ciências Exatas e b) apoiar pesquisas técnico-científicas ligadas às indústrias básicas.

Durante os primeiros dez anos o BNDES engajou-se nessas tarefas de fortalecimento das Universidades, do ensino técnico e da pesquisa aplicada, ajudando a criar uma série de cursos de pós-graduação. Calcula-se que tenha desembolsado cerca de 100 milhões de dólares. Este apoio financeiro foi decisivo para certas escolas, como a Pontifícia Universidade Católica, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Instituto Militar de Engenharia, a Universidade de São Paulo etc. Estima-se em cerca de 5000 o número de Mestres formados com a colaboração do Banco, que viabilizou diversos programas, uma vez que tais recursos foram concedidos a fundo perdido.

Bastante significativo nesse período foi o apoio concedido ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Ministério da Aeronáutica: o Funtec destinou recursos ao então Departamento de Motores Aeronáuticos, núcleo original da Embraer, empresa cujo excelente desempenho é bastante conhecido.

A partir de 1974, o BNDES considerou que poderia alterar sua seqüência de prioridades: a maior parte dos cursos apoiados estava consolidada, e além disso outros órgãos da Administração Federal foram criados ou fortalecidos com a mesma finalidade.

Assim, o novo regulamento então instituído procurou voltar-se para o apoio à utilização da tecnologia pela empresa nacional, criando dois subprogramas: a) o de demanda e utilização de tecnologia e b) o de geração e oferta de tecnologia.

O primeiro deles objetivava estabelecer condições atraentes para que a empresa brasileira fizesse uso da inovação tecnológica como fator de modernização, produtividade e competitividade.

O segundo, mais ambicioso, procurava integrar universidades e instituições de pesquisa às empresas; buscava-se, assim, estreitar o vínculo entre ciência e tecnologia, incentivando orientações práticas para a pesquisa fundamental.

Entre 1975 e 1980, predominaram as operações referentes ao primeiro subprograma, isto é, pesquisas vinculadas ao setor industrial. Dispensaram-se cerca de Cr\$ 9,1 bilhões (preços de janeiro de 1982), sendo que os principais beneficiários foram as empresas industriais, notadamente as de grande porte do setor de bens de capital, cujo desempenho já foi comentado no capítulo anterior.

Em 1981, face a conjuntura da economia, instituiu-se novo regulamento do Funtec, em que se estreitavam os vínculos com o setor industrial e eliminavam-se as dotações a fundo perdido, devido à reaceleração inflacionária. Criou-se ainda um sistema de pontos pelo qual será avaliado o mérito do projeto e a faixa de correção monetária que incidirá sobre o custo do empreendimento: 40%, 70% ou 100%. Dos sete critérios que constituem a base da contagem de pontos, pelo menos quatro ligam-se à necessidade de defesa do balanço de pagamentos e de economia de energia.

Por se tratar de regulamentação recente, implantada num período de desaquecimento da economia, a demanda tem sido reduzida, razão por que ainda não é possível uma avaliação precisa desta terceira fase. Cabe destacar, contudo, que o BNDES permanece disposto a atuar nesse domínio, deferindo o Regulamento que seja aplicado anualmente cerca de 1% de seu orçamento no programa, o que, em termos absolutos, dá a dimensão real do apoio a ser concedido.

3.4. O BNDES e o desenvolvimento regional: condicionantes e desempenho

Consolidado o processo de industrialização, tornaram-se mais agudos os desequilíbrios regionais de renda; tal como outros órgãos do Governo Federal, o BNDES preocupou-se expressamente com este aspecto, mobilizando os instrumentos de que dispunha e dispõe, com vistas a estimular o desenvolvimento econômico das regiões mais pobres do País (Ver Tabela 14.).

Antes de se descrever o que vem sendo feito nos últimos quinze anos, cabem duas observações preliminares. Em primeiro lugar, o crescimento econômico é espacialmente concentrado, como o demonstram as experiências históricas mais significativas. Com efeito, inexistente um padrão locacional de dispersão absoluta, até porque se estaria frente a um sistema econômico menos ineficiente.

Em segundo lugar, o BNDES, por ter atuado predominantemente no setor industrial, não teria condições de situar o objetivo regional como prioritário, nem tampouco de dedicar-lhe operações de grande envergadura. Não se deve esquecer que: a) em economias de mercado, o Estado não pode impor padrões de localização aos empresários, podendo apenas induzi-los, mediante incentivos que elevem a rentabilidade dos empreendimentos; e b) certos empreendimentos não são invariantes em relação às características locais: dependem, por vezes, da localização das fontes de matérias-primas; em outras, devem fixar-se junto ao mercado consumidor.

Tem-se, portanto, uma gama de condicionantes que devem ser levados em consideração, a fim de que resultados significativos não sejam interpretados como decepcionantes.

Ainda assim, não pode ser subestimada a ação do BNDES em favor da redistribuição regional da renda. A Tabela III-1 mostra a distribuição regional das operações aprovadas em anos escolhidos, verificando-se a progressão constante das regiões Norte e Nordeste. Em 1966, contaram com 10% do total das aprovações; em 1976, este percentual já atingia 18%; e em 1981 chegou a 30%.

Por outro lado, os valores absolutos também oferecem comparações sugestivas. O total aprovado em 1976 para o Nordeste (Cr\$ 12,3 bilhões) corresponde a mais do triplo dos recursos Finor — Fundo de Investimentos do Nordeste naquele mesmo ano (Cr\$ 3,4 bilhões). Corresponde, além disso, a mais de 50% da receita regional do ICM (Cr\$ 8,1 bilhões).

Em 1981, estas comparações não são muito diferentes: o total de operações aprovadas pelo BNDES para a região Nordeste somou Cr\$ 111,0 bilhões, correspondendo a mais do triplo dos incentivos aprovados pelo Finor (Cr\$ 38,0 bilhões) e mais do dobro da receita regional do IPI (Cr\$ 56,0 bilhões).

Os instrumentos de diferenciação regional de que dispõe o BNDES em seus programas de repasse constituem importante fator de atenuação dos desequilíbrios espaciais de renda.

Dentre os principais mecanismos merecem destaque: a) taxas de juros diferenciadas segundo regiões*, vigorando taxas mais baixas para Estados/Região de renda per capita menor; b) diferenciação regional do *del credere*, ou seja, a remuneração dos Agentes Financeiros que percebem na Região I taxa de 3% ao ano contra 2,5% ao ano nas demais regiões; c) participação financeira do Banco mais elevada em empreendimentos na Região I — 75% do investimento total, enquanto na Região II o percentual limita-se a 65% e na Região III a 50%.

Além dos mecanismos acima citados, os quais aplicam-se diretamente à concessão de financiamento, conta o BNDES com outros instrumentos ou linhas de ação que vêm igualmente contribuindo para a melhoria na distribuição da renda, tais como o estímulo e credenciamento de novos Agentes, que, do total de 11, em 1970, chegam hoje a 59 instituições atuantes no POC — Programa de Operações Conjuntas; tem-se também linha específica para financiamento aos Estados, para ampliação de capital dos bancos de desenvolvimento, o que possibilita maior capacidade de captação de recursos e, conseqüentemente, de empréstimos dos bancos estaduais agentes do BNDES.

Complementarmente, o BNDES presta assistência técnica direta a seus agentes, assim como apóia financeiramente órgãos como o Cebrae, que têm importante papel no tocante ao fortalecimento das pequenas e médias empresas nacionais.

(*) O BNDES criou, para efeito de prioridades regionais e aplicação de mecanismos de atenuação das disparidades de renda, as Regiões I, II e III, abrangendo cada uma as seguintes Unidades da Federação:

Região I: Estados do Norte e Nordeste, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e a região de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas.

Região II: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Região III: São Paulo.

4

CONCLUSÃO: O SALDO DA ATUAÇÃO DO BNDES

4.1. A ação desenvolvimentista do BNDES

Ao longo de sua existência, o BNDES executou suas funções de agência financiadora do desenvolvimento, levando em consideração não somente a eficiência privada, mas sobretudo os benefícios de caráter sócio-econômico. Em outras palavras, embora não se possa ignorar a viabilidade do empreendimento em termos de mercado, os aspectos ligados aos seus objetivos macroeconômicos são freqüentemente preponderantes.

Assim, o BNDES pode ser caracterizado como uma instituição que não visa ao lucro, objetivando tão-somente remunerar os recursos que lhe são cobrados — internos e externos — e cobrir os custos operacionais, que aliás situam-se em níveis bastante baixos, segundo os padrões internacionais: nos últimos anos, tais custos representaram 0,5% da média dos recursos administrados.

Essa política, destina-se a estimular os investidores privados, que não encontram condições tão favoráveis no que toca a recursos para a formação de capital fixo. Com isso, atende-se ao empresário privado como nenhuma outra instituição, gerando, contudo, dois subprodutos que requerem cuidados adicionais no que diz respeito às suas fontes de recursos.

Em primeiro lugar, o nível de replicações de recursos próprios é baixo, necessitando o Banco de fontes firmes e contínuas de recursos, de maneira a não se interromper a sua ação desenvolvimentista. Em segundo

lugar, é praticamente permanente uma tendência a um déficit "potencial", no sentido de que a procura pelos recursos do Banco excede a sua oferta. Como se mencionou no segundo capítulo, este déficit tornou-se mais significativo nos últimos anos, mas o Governo Federal tem sabido responder com presteza a essas situações, não permitindo solução de continuidade na atuação do BNDES.

Viu-se ao longo deste trabalho que o BNDES soube acompanhar as transformações da economia brasileira, adaptando-se rápida e dinamicamente às demandas dos setores produtivos, sobretudo a indústria. Assim ampliaram-se as modalidades de apoio, diversificaram-se os setores e campos estimulados, alterou-se a estrutura organizacional, instituíram-se programas de treinamento não reembolsáveis, bem como descentralizou-se sua atuação, através de utilização intensiva de agentes públicos e privados. Ademais, promoveram-se estudos visando a detectar oportunidades de investimentos, de que resultou a implantação de importantes empreendimentos a cargo dos setores privado e público.

As diversas prioridades correspondem efetivamente aos estágios por que passou a economia brasileira, refletindo-se no estilo de atuação do BNDES. De certa maneira, essa atuação mostrou-se relevante, complementando as ações empreendidas no âmbito do mercado privado de capitais. Pode-se dizer, destarte, que inúmeros projetos tornaram-se realidade em virtude desta atuação conjugada.

Uma vez sumariado este conjunto de fatos, cabe indagar da sua importância relativa, individualmente. Em primeiro lugar, todos estes fenômenos são úteis no sentido de se demonstrar que a aludida escassez de recursos não provém de uma única causa, nem é exclusivamente uma decisão voluntarista de governo; tem-se, na verdade, um complexo de causas, e a própria ação do Governo já é um resultado da conjuntura econômica, afetando a maior parte das instituições governamentais.

Quanto aos supostos erros dos *policy-makers*, já se disse que a maior parte dos acontecimentos não era facilmente previsível. Uma inegável demonstração desta afirmativa está nas próprias mudanças — algo bruscas — da economia internacional, que deixaram perplexos planejadores e *scholars*. Em parte, portanto, eventuais sobredimensionamentos e subestimativas seriam dificilmente evitadas. Não resta dúvida, porém, de que a política de investimentos foi conduzida supondo-se uma abundância de recursos que não viria a ocorrer.

Deve-se lembrar, finalmente, que parte da escassez de recursos origina-se do grande salto ocorrido em sua oferta no biênio 1977/78, e que não seria mantido sem dificuldades. A Tabela A-2 evidencia este fato, podendo-se notar que o total do orçamento, hoje, não é diferente do de diversos anos da década de 70.

Conclui-se, dessa forma, que deve ser apontado e registrado o fenômeno da escassez de recursos, mas não amplificada a sua importância. A própria situação recessiva da economia contribuiu para amenizar parcialmente a carência de recursos, na medida em que se registra uma queda da procura por empréstimos e mesmo uma certa postergação dos cronogramas de empreendimentos em implantação.

Convém destacar, por último, que a recente decisão do Governo de criar o Finsocial e atribuir sua aplicação ao BNDES ampliou consideravelmente as responsabilidades do Banco na área social, através do apoio a projetos nos setores de educação, saúde, habitação popular, apoio ao pequeno agricultor e alimentação.

TABELA 1
Distribuição da Atividade Industrial — Brasil

RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1920 %	1949 %	1974 %	1977 %
Metalurgia	4,3	7,7	14,3	12,6
Mecânica	2,0	1,6	9,6	10,3
Material Elétrico e de Comunicações	—	1,4	5,9	5,9
Material de Transporte	—	2,3	7,0	7,2
Química e Farmacêutica	6,0	8,7	13,1	14,4
Minerais Não-Metálicos	4,7	4,6	5,5	6,2
Papel e Cartolina	1,5	2,0	3,7	2,5
Borracha	0,2	1,6	1,8	1,5
Madeira	5,8	3,4	3,2	2,4
Têxtil	28,6	19,0	7,8	6,3
Vestuário, Calçado etc.	8,6	4,4	3,1	4,1
Produtos Alimentícios	22,2	32,5	10,2	11,3
Bebidas	5,9	3,2	1,9	1,7
Fumo	3,9	1,4	1,1	1,1
Editorial e Gráfica	—	2,9	3,2	3,1
Mobiliário	2,0	1,7	1,9	1,9
Couros e Peles	2,4	1,5	0,5	0,5
Diversos	1,9	—	6,2	7,0

Fontes: FIBGE, *Censos Industriais, Anuários de Produção Industrial*.

TABELA 2
Estrutura das Importações Brasileiras em 1950

CATEGORIA DE PRODUTO	PARTICIPAÇÃO %
1. Bens de Consumo	13,7
1.1. Alimentos e Bebidas	4,8
1.2. Outros Não-Duráveis	2,2
1.3. Bens Duráveis	6,7
2. Matérias-Primas	40,7
2.1. Industriais	38,9
2.2. Agrícolas	1,8
3. Combustíveis e Lubrificantes	14,8
4. Bens de Capital	30,8
4.1. Para a Indústria	12,1
4.2. Para a Agricultura	4,1
4.3. Material de Transporte	9,6
4.4. Outros	5,0
Total (Em US\$ mil)	1.982⁽¹⁾

Fonte: Pedro S. Malan et alii, *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*, Relatório n.º 36, IPEA/INPES.

(1) Importações CIF

TABELA 3

Evolução das Operações Aprovadas pelo Sistema BNDES, Segundo as Atividades

ANO	INSUMOS BÁSICOS						EQUIPAMENTOS		OUTRAS
	MINE- RAÇÃO	SIDE- RÚRGIA	META- LÚRGIA	QUÍMICA E FERTILIZ.	CELULO- SE E PAPEL	PRODUTOS MI- NERAIS NÃO- METÁLICOS (2)	MECÂNICOS E ELÉTRICOS	MATERIAL DE TRANS- PORTE	TÊXTIL E CALÇADOS
1952	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1953	—	340,1	—	1.224,5	—	—	—	—	—
1954	—	133,9	128,6	—	—	—	107,1	878,5	—
1955	—	110,5	161,1	322,2	308,4	—	—	—	—
1956	—	168,9	49,9	2.724,8	—	—	472,0	—	—
1957	—	1.982,7	1.586,2	1.723,9	504,1	—	692,3	715,8	—
1958	—	12.007,9	978,1	3.029,5	1.052,4	—	663,0	1.367,6	—
1959	—	1.529,6	142,4	3.408,7	597,6	58,3	170,4	5.231,6	—
1960	—	18.436,0	—	2.336,2	—	—	217,1	360,7	—
1961	—	6.666,0	320,5	1.134,4	102,3	—	99,9	2.552,6	—
1962	—	12.914,1	—	2.008,2	—	—	—	273,1	—
1963	—	16.217,9	—	1.008,1	—	—	114,6	—	—
1964	—	17.853,6	795,5	602,4	28,6	144,3	264,8	74,1	—
1965	—	37.311,6	652,8	2.390,1	126,7	240,8	3.293,3	2.073,0	721,4
1966	28,9	26.888,6	1.602,5	5.664,8	1.929,2	710,2	3.580,2	2.066,5	1.944,9
1967	27,3	23.639,4	720,5	4.269,9	590,6	326,5	3.345,2	4.262,3	1.576,3
1968	1.568,3	4.932,3	7.187,4	921,0	9.044,4	2.348,1	3.746,3	4.019,9	3.399,3
1969	246,6	7.930,5	3.733,7	3.387,0	6.899,9	6.235,1	3.592,8	3.733,7	2.956,6
1970	326,9	7.070,4	1.887,4	14.643,6	2.828,4	2.924,9	4.394,2	3.977,5	5.424,5
1971	192,4	17.556,9	4.514,3	13.724,2	11.328,7	1.990,5	4.797,8	12.495,7	8.011,1
1972	3.421,9	12.414,5	6.093,4	13.202,4	3.738,7	8.506,3	6.060,6	1.502,3	11.053,4
1973	1.128,1	17.900,4	23.810,7	24.821,0	7.508,2	13.324,9	8.000,3	9.023,4	8.265,9
1974	16.947,4	73.509,5	18.731,7	52.914,2	41.075,1	29.670,3	28.517,1	10.932,3	22.708,2
1975	6.672,9	125.884,4	1.198,2	83.975,9	34.631,7	27.116,4	54.641,3	29.403,3	19.498,0
1976	16.498,6	171.941,8	57.028,5	133.132,2	76.623,4	59.681,8	58.005,1	11.280,3	15.771,6
1977	7.513,6	171.266,2	13.364,5	28.558,6	6.392,0	10.158,7	18.927,5	3.618,6	8.732,0
1978	9.923,4	176.396,6	36.847,4	50.205,9	21.839,3	14.626,4	15.952,5	4.373,0	13.707,8
1979	11.590,7	122.593,3	24.555,7	63.475,7	31.691,6	14.200,5	22.635,1	4.156,3	15.995,0
1980	10.871,9	105.848,2	37.113,6	26.818,9	18.394,1	19.668,1	16.937,6	5.320,5	12.292,8
1981	28.986,0	159.183,0	80.088,0	17.102,0	14.027,0	11.822,0	11.399,0	1.320,0	5.662,0

Fonte: BNDES.

(1) Deflator utilizado: Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

(2) Inclusive cimento.

Econômicas Beneficiadas (1952-1981)

Cr\$ milhões de 1981

INDÚSTRIAS		INFRA-ESTRUTURA					OUTRAS ATIVIDADES			TOTAL
PRODUTOS ALIMENT.	OUTRAS	ENERGIA ELÉTRICA	TRANSPORTES			OUTROS SETORES	ENSINO, PESQ., DESENV. TECNOL.	DISTR.	OUTRAS	
			FERROV.	RODOV.	HIDROV.					
—	—	—	9.224,4	—	—	—	—	—	9.224,4	
—	—	2.530,5	5.061,1	—	768,7	—	—	183,7	10.108,6	
—	—	2.185,5	11.966,9	—	—	—	—	251,8	16.059,4	
—	—	6.139,8	4.680,8	—	—	—	—	211,7	11.934,5	
—	—	2.536,7	18.620,0	—	119,0	—	—	1.109,1	25.800,4	
—	—	15.622,9	5.178,5	—	299,1	—	—	934,2	29.239,7	
—	—	16.497,2	—	—	—	—	—	1.040,5	36.636,2	
—	—	7.732,0	3.579,1	—	576,0	—	—	308,5	23.334,2	
—	100,2	2.282,8	1.047,0	—	33,4	—	—	90,2	24.903,6	
37,8	36,6	18.914,9	270,5	—	—	—	—	901,6	31.037,1	
40,2	61,0	4.897,5	—	—	—	—	—	848,3	21.042,4	
171,8	128,3	969,7	274,9	—	—	—	—	187,9	19.073,2	
179,2	21,6	5.076,4	—	—	—	—	32,0	—	25.072,5	
1.563,9	1.932,2	602,7	—	—	—	23,0	1.387,8	62,9	52.382,2	
1.853,1	4.332,9	7.143,8	—	—	116,7	—	538,8	—	58.401,1	
1.999,0	2.376,5	15.909,7	—	—	—	—	4.071,4	121,2	63.235,8	
4.103,4	2.637,3	7.533,0	7.757,4	10.774,2	4.366,7	4.850,0	3.432,2	—	1.898,1	84.519,3
3.203,0	5.249,5	2.364,3	6.386,1	6.170,6	2.112,9	7.264,8	3.662,5	1.687,4	94,6	76.911,6
4.913,7	4.506,8	1.203,2	8.270,1	6.898,1	3.437,8	4.160,2	3.324,2	2.303,4	2.783,9	85.279,2
11.075,3	6.613,5	3.770,6	3.205,7	5.599,6	3.585,4	4.101,4	4.269,4	6.599,5	4.119,0	127.551,0
7.946,0	37.303,4	5.857,6	11.537,1	18.753,4	2.802,8	528,4	1.572,3	6.022,0	563,6	158.880,1
12.046,8	35.950,7	6.353,3	12.155,7	12.308,9	1.487,5	6.845,4	7.250,0	11.551,5	1.068,9	220.801,6
19.335,4	26.453,7	15.939,0	65.973,2	14.398,3	—	18.504,5	2.141,3	9.543,5	7.952,0	475.246,7
25.800,2	34.402,1	31.449,9	25.411,5	13.754,3	3.615,8	61.730,0	5.279,0	9.124,4	15.621,9	648.211,0
37.161,0	49.399,9	54.491,6	7.911,4	12.633,2	7.940,9	56.030,1	1.640,9	11.346,8	9.269,5	847.788,6
19.133,0	18.689,7	41.166,7	24.248,2	10.183,8	9.363,7	1.661,7	493,5	3.382,6	10.073,4	406.928,0
16.942,3	27.868,4	370.964,7	159.557,8	11.074,9	14.303,0	11.670,1	278,2	9.548,2	26.613,5	992.693,4
22.626,7	46.417,5	56.608,7	48.056,5	21.332,3	8.775,0	10.023,1	1.143,1	23.404,1	22.252,6	571.533,5
15.164,0	53.803,5	206.050,6	40.293,3	21.464,7	4.663,6	23.958,1	104,9	7.482,3	15.863,0	642.113,7
6.152,0	61.303,0	152.570,0	109.854,0	8.105,0	734,0	1.128,0	408,0	905,0	45.637,0	716.295,0

TABELA 4
Desembolsos Efetivados pelo Sistema BNDES (1973-1979)

SETORES	1973		1974		1979
	Cr\$ de 1981 (1)	%	Cr\$ de 1981 (1)	%	Cr\$ de 1981 (1)
I. Insumos Básicos	33.608	21,0	82.280	31,7	157.334
Mineração	887	0,6	1.209	0,5	2.302
Siderurgia	19.608	12,3	54.244	20,8	76.169
Metalurgia de não-ferrosos	—	—	959	0,4	2.729
Química e petroquímica	7.064	4,4	13.391	5,2	28.707
Fertilizantes	399	0,2	1.277	0,5	8.654
Celulose e papel	2.410	1,5	668	0,3	12.898
Cimento	3.240	2,0	6.603	2,5	17.198
Fibase	—	—	3.929	1,5	8.677
II. Equipamentos Básicos	18.978	11,9	31.092	12,0	69.187
Bens de capital e componentes	7.078	4,4	9.131	3,5	13.016
Repasse à Finame	11.900	7,5	17.339	6,7	55.321
Embramec	—	—	4.622	1,8	850
III. Outros Programas	81.244	50,9	131.113	50,6	153.377
III.1. Operações com agentes (POC)	21.413	13,4	39.541	15,2	50.211
Pequena e média empresas	21.413	13,4	39.020	15,0	47.861
Fomento regional	—	—	521	0,2	2.350
Fortalecimento de agentes	—	—	—	—	—
Financiamento a acionistas (Finac)	—	—	—	—	—
III.2. Modernização de empresas	19.256	12,1	26.190	10,1	27.179
III.3. Infra-estrutura	23.975	15,0	29.184	11,3	44.673
Ferrovias	9.600	6,0	14.312	5,5	11.132
Rodovias	7.019	4,4	5.129	2,0	5.312
Outros setores	7.356	4,6	9.743	3,8	28.229
III.4. Desenvolvimento tecnológico	2.816	1,8	4.025	1,6	3.650
III.5. Ibrasa	—	—	4.609	1,8	8.119
III.6. Capitalização de empresas (Procap)	—	—	—	—	—
III.7. Outros projetos	13.784	8,6	27.564	10,6	19.545
Total BNDES	133.830	83,8	244.485	94,3	379.898
Menos: Repasses às Subsidiárias	11.900	7,4	30.499	11,8	72.968
Total BNDES Ajustado	121.930	76,4	213.986	82,5	306.930
Subsidiárias	37.755	23,6	45.383	17,5	98.578
I. Fibase	—	—	804	0,3	10.508
Participação societária	—	—	573	0,2	10.235
Finac	—	—	—	—	—
Outros financiamentos	—	—	231	0,1	273
II. Embramec	—	—	102	(a)	2.629
Participação societária	—	—	102	(a)	2.629
Finac	—	—	—	—	—
Outros financiamentos	—	—	—	—	—
III. Ibrasa	—	—	1.244	0,5	6.553
Participação societária	—	—	1.244	0,5	6.553
Finac	—	—	—	—	—
Outros financiamentos	—	—	—	—	—
IV. Finame	37.755	23,6	43.233	16,7	78.888
Programa PME	18.275	11,4	11.399	4,4	7.707
Programa de longo prazo	—	—	6.033	2,3	40.292
Programa especial	9.889	6,2	13.991	5,4	29.241
Outros	9.591	6,0	11.810	4,6	1.648
Total Sistema BNDES	159.685	100,00	259.368	100,00	405.508

Fonte: BNDES — AP/Deorç.
(1) Deflator utilizado: Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

Cr\$ milhões de 1981

1976		1977		1978		1979		
%	Cr\$ de 1981 (1)							
38,8	120.274	28,7	143.995	32,5	170.990	35,7	143.515	30,5
0,6	2.522	0,6	6.466	1,5	5.500	1,1	1.623	0,3
18,9	42.167	10,0	49.033	11,0	65.256	13,7	57.211	12,2
0,7	3.602	0,9	7.968	1,8	15.105	3,2	13.557	2,9
7,1	37.037	8,8	39.465	8,9	36.119	7,5	25.954	5,5
2,1	6.638	1,6	3.325	0,8	9.319	1,9	6.521	1,4
3,2	19.180	4,6	20.460	4,6	12.386	2,6	7.550	1,6
4,2	2.755	0,7	2.317	0,5	4.148	0,9	2.051	0,4
2,1	6.373	1,5	14.961	3,4	23.157	4,8	29.050	6,2
17,1	138.084	32,9	140.848	31,8	125.004	26,1	108.753	23,2
3,3	23.453	5,6	16.677	3,8	7.586	1,6	6.070	1,3
13,6	108.156	25,8	116.643	26,3	113.130	23,6	95.031	20,3
0,2	6.475	1,5	7.528	1,7	4.288	0,9	7.652	1,6
37,8	131.941	31,5	113.999	25,7	105.758	22,1	126.007	26,9
12,4	55.986	13,4	51.863	11,7	57.655	12,0	73.051	15,5
11,8	44.008	10,5	32.677	7,4	17.658	3,7	21.598	4,6
0,6	4.895	1,2	9.319	2,1	3.977	0,8	954	0,2
—	7.083	1,7	937	0,2	2.329	0,5	4.887	1,0
—	—	—	8.930	2,0	33.691	7,0	45.612	9,7
6,7	13.744	3,3	9.636	2,2	10.454	2,2	359	0,1
11,0	29.096	6,9	22.630	5,1	21.675	4,6	20.381	4,4
2,7	7.489	1,8	8.564	1,9	7.763	1,6	6.898	1,5
1,3	3.482	0,8	1.800	0,4	1.686	0,4	1.221	0,3
7,0	18.125	4,3	12.266	2,8	12.226	2,6	12.262	2,6
0,9	2.088	0,5	925	0,2	669	0,1	356	0,1
2,0	10.215	2,4	3.542	0,8	4.002	0,8	10.601	2,3
—	6.194	1,5	15.126	3,4	8.513	1,8	17.359	3,7
4,8	14.618	3,5	10.277	2,3	2.790	0,6	3.900	0,8
93,7	390.299	93,1	398.842	90,0	401.752	83,9	378.275	80,6
18,0	131.220	31,3	142.674	32,2	144.578	30,2	142.334	30,3
75,7	259.079	61,8	256.168	57,8	257.174	53,7	235.941	50,3
24,3	159.891	38,2	186.885	42,2	221.941	46,3	233.341	49,7
2,6	11.361	2,7	15.059	3,4	26.137	5,4	30.511	6,5
2,5	11.052	2,6	11.765	2,7	19.481	4,0	28.676	6,1
—	—	—	2.213	0,5	2.340	0,5	1.835	0,4
0,1	309	0,1	1.081	0,2	4.316	0,9	—	—
0,6	7.145	1,7	5.148	1,2	8.480	1,8	8.550	1,8
0,6	7.145	1,7	4.141	0,9	5.809	1,2	4.044	0,8
—	—	—	1.007	0,3	2.671	0,6	4.506	1,0
—	—	—	—	—	—	—	—	—
1,6	7.958	1,9	4.777	1,1	4.987	1,0	11.236	2,4
1,6	7.958	1,9	3.284	0,8	1.587	0,3	3.129	0,7
—	—	—	1.493	0,3	3.061	0,6	8.107	1,7
—	—	—	—	—	339	0,1	—	—
19,5	133.427	31,9	161.901	36,5	182.337	38,1	183.044	39,0
1,9	15.242	3,7	21.795	4,9	23.057	4,8	28.014	6,0
9,9	56.860	13,6	51.435	11,6	42.209	8,8	40.578	8,6
7,3	61.325	14,6	88.671	20,0	117.071	24,5	114.452	24,4
0,4	—	—	—	—	—	—	—	—
100,00	418.970	100,00	443.053	100,00	479.115	100,00	469.282	100,00

TABELA 5

Desembolsos Efetivados pelo Sistema BNDES no Biênio 1980-81

SETORES	1980		1981	
	Cr\$ Milhões de 1981 ⁽¹⁾	%	Cr\$ Milhões	%
I - Indústria	219.096	59,5	166.375	56,9
1.1 Insumo Básicos	168.114	45,7	136.035	46,5
- mineração	7.037	1,9	10.080	3,5
- siderurgia	85.997	23,4	59.166	20,2
- metais não-ferrosos	27.644	7,5	22.942	7,8
- química e petroquímica	22.877	6,2	20.160	6,9
- celulose e papel	19.083	5,2	13.756	4,7
- cimento	2.191	0,6	6.408	2,2
- outros	3.285	0,9	3.523	1,2
1.2 Bens de Capital e Componentes	18.511	5,0	13.328	4,6
- mecânicos	8.475	2,3	8.129	2,8
- eletroeletrônicos	4.140	1,1	2.716	0,9
- transportes	5.745	1,6	2.261	0,8
- outros	151	—	222	0,1
1.3 Bens de Consumo	13.176	3,6	8.029	2,8
- essenciais	9.472	2,6	5.481	1,9
- duráveis	3.704	1,0	2.548	0,9
1.4 Construção Civil	14.702	4,0	6.322	2,1
- material	5.577	1,5	3.058	1,0
- empresas	9.125	2,5	3.264	1,1
1.5 Outras Indústrias	4.593	1,2	2.661	0,9
II - Agricultura	36.347	9,9	25.900	8,8
2.1 Fertilizantes	7.075	1,9	7.059	2,4
2.2 Produtos Agrícolas e Agropec.	2.085	0,6	1.182	0,4
2.3 Agroindústrias	15.588	4,2	8.818	3,0
2.4 Máquinas e Implem. Agrícolas	1.043	0,3	610	0,2
2.5 Infra-estrutura Rural	9.967	2,7	8.018	2,7
2.9 Outros	589	0,2	213	0,1
III - Energia	35.126	9,5	50.322	17,2
3.1 Petróleo e Gás Natural	—	—	—	—
3.2 Carvão e Rochas Oleíç.	71	(a)	311	0,1
3.3 Elétrica	25.551	6,9	29.275	10,0
3.4 Nuclear	421	0,1	122	(a)
3.5 Álcool	9.011	2,4	20.055	6,9
3.9 Outros	72	(a)	559	0,2
IV - Infra-estrutura	57.075	15,5	38.157	13,0
4.1 Urbana	10.195	2,8	7.737	2,6
4.2 Industrial	1.498	0,4	580	0,2
4.3 Comunicação	2.728	0,7	1.474	0,5
4.4 Transporte e Armazenagem	42.595	11,6	28.331	9,7
4.5 Outros	60	(a)	35	(a)
V - Outros Programas Setoriais	20.630	5,6	11.914	4,1
TOTAL	368.275	100,0	292.668	100,0

Fonte: BNDES—AP/Deorç.

(1) Deflator utilizado: Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

(a) Valores inferiores a 0,1%.

TABELA 8
Estrutura de Fontes de Recursos do BNDES (1972-1981)

FONTES											Em %
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	
1 - Recursos de Geração Interna⁽¹⁾	30,6	38,9	18,9	18,0	21,9	21,8	25,8	37,9	39,6	32,1	
2 - Aportes de Origem Nacional	54,5	46,1	74,4	72,7	72,4	67,0	60,5	46,5	44,0	56,6	
2.1 - Dotação orçamentária	16,0	16,2	7,3	5,9	1,0	2,1	3,0	0,9	—	—	
2.2 - Empréstimos e repasses	38,5	29,9	46,3	20,7	17,1	17,8	13,2	9,0	13,2	20,6	
2.3 - Recursos do PIS/Pasep/FPS	—	—	20,8	46,1	54,3	47,1	44,3	36,6	30,8	36,0	
3 - Aportes de Origem Estrangeira	14,9	15,0	6,7	9,3	5,7	11,2	13,7	15,6	16,4	11,3	
3.1 - Empréstimos em moeda	5,2	1,8	1,1	0,8	1,1	10,4	13,0	15,1	15,6	10,7	
3.2 - Financiamentos	9,7	13,2	5,6	8,5	4,6	0,8	0,7	0,5	0,8	0,6	
Total	100,0										

TABELA 9
BNDES: Evolução da Captação de Recursos Externos⁽¹⁾ (1966-1978)

ANO	US\$ Mil	ANO	US\$ Mil
1966	9.574	1972	78.399
1967	11.207	1973	114.541
1968	7.336	1974	109.011
1969	28.410	1975	275.616
1970	22.083	1976	166.388
1971	17.084	1977	409.726
		1978	565.782

Fonte: BNDES, *Revista do BNDE* e *Relatório de Atividades*, diversos números.

(1) Estes dados correspondem a estimativas realizadas a partir dos valores anuais em cruzeiros.

TABELA 10

**Agência Especial de Financiamento Industrial — Finame
Operações Aprovadas e Desembolsos (1965-1981)**

ANO	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS		
	NÚMERO DE APROVAÇÕES	VALOR Cr\$ (1) MILHÕES CONSTANTES DE 1981	ÍNDICE	VARIAÇÃO %	VALOR Cr\$ (1) MILHÕES CONSTANTES DE 1981	ÍNDICE	VARIAÇÃO %
1965	1.965	6.747	100	—	4.989	100	—
1966	3.970	8.221	122	22	7.382	148	48
1967	3.487	9.700	144	18	7.024	141	(5)
1968	6.626	15.616	231	61	12.460	250	77
1969	6.179	14.240	211	(9)	13.583	272	9
1970	8.122	17.463	259	23	14.851	292	9
1971	12.219	30.550	453	75	26.352	528	77
1972	11.383	39.616	587	30	32.740	656	24
1973	10.003	58.607	869	48	37.755	757	15
1974	9.749	79.889	1.184	36	43.232	867	15
1975	10.829	154.013	2.283	93	78.888	1.581	82
1976	20.338	335.899	4.978	118	133.426	2.674	69
1977	16.361	244.449	3.623	(27)	161.901	3.245	21
1978	18.721	728.276 ⁽²⁾	10.794	198	182.337	3.655	13
1979	21.984	228.759	3.391	(69)	183.388	3.676	1
1980	20.876	361.561	5.359	58	140.426	2.815	(23)
1981	11.981	231.096	3.425	(36)	116.773	2.341	(17)

Fonte: Finame.

(1) Deflator utilizado — Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

(2) O grande crescimento apresentado deveu-se a uma única operação contraída pela Itaipu-Binacional S.A.

TABELA 11

Desembolsos do Programa FMRI (1971-1979)

ANO	Cr\$ MILHÕES CORRENTES	Cr\$ MILHÕES DE 1981 ⁽¹⁾
1971	105,2	4.218
1972	226,4	7.739
1973	540,3	16.074
1974	876,6	20.266
1975	1.273,7	23.027
1976	1.073,7	13.744
1977	1.073,9	9.636
1978	1.616,1	10.454
1979	85,6	359
Total	—	105.517

Fonte: BNDES — AP/Deorç.

(1) Deflator utilizado, Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

TABELA 12
Embramec, Fibase e Ibrasa — Aprovações e Desembolsos (1974-1981)

Cr\$ milhões

ANO	EMBRAMEC		FIBASE		IBRASA	
	APROVAÇÕES	DESEMBOLSOS	APROVAÇÕES	DESEMBOLSOS	APROVAÇÕES	DESEMBOLSOS
1974 - Cr\$	8	4	393	35	89	54
- Cr\$/81	184	102	9.086	804	2.058	1.224
1975 - Cr\$	298	145	294	581	395	362
- Cr\$/81	5.387	2.629	5.315	10.508	7.141	6.553
1976 - Cr\$	1.246	558	999	888	717	622
- Cr\$/81	15.948	7.145	12.787	11.361	9.177	7.958
1977 - Cr\$	270	574	1.828	1.678	501	532
- Cr\$/81	2.423	5.148	16.402	15.059	4.495	4.777
1978 - Cr\$	676	1.311	4.270	4.040	1.709	771
- Cr\$/81	4.373	8.480	27.623	26.137	11.056	4.987
1979 - Cr\$	2.264	2.038	8.236	7.274	3.599	2.679
- Cr\$/81	9.515	8.550	34.612	30.511	15.125	11.236
1980 - Cr\$	3.574	3.068	6.519	12.230	6.067	4.922
- Cr\$/81	7.501	6.439	13.682	25.669	12.734	10.330
1981 - Cr\$	7.442	4.373	9.815	17.300	10.330	4.446

Fonte: BNDES.

(1) Deflator utilizado: Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

TABELA 13
Desembolsos dos Programas Finac e Procap (1976-1981)

Cr\$ Milhões de 1981⁽¹⁾

PROGRAMAS	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Finac	—	13.643	41.763	60.060	34.888	13.868
— Agentes	—	8.930	33.691	45.612	28.336	10.261
— Fibase	—	2.213	2.340	1.835	594	363
— Embramec	—	1.007	2.671	4.506	1.775	1.397
— Ibrasa	—	1.493	3.061	8.107	4.183	1.847
Procap	6.194	15.126	8.513	17.359	2.418	660
Total	6.194	28.769	50.276	77.419	37.306	14.528

Fonte: BNDES—AP/Deorç.

(1) Deflator utilizado: Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

TABELA 14

Cotejo de Aprovações do Sistema BNDES, Segundo Região e Unidade da Federação (1966-1971-1976-1981)

REGIÃO/UF	1966		1971		1976		1981	
	Cr\$ MI- LHÕES CONSTAN- TES (1)	%	Cr\$ MI- LHÕES CONSTAN- TES (1)	%	Cr\$ MI- LHÕES CONSTAN- TES (1)	%	Cr\$ MI- LHÕES	%
Norte	736,2	1,3	1.232,0	0,9	7.606,8	0,9	102.519	14,3
RO	17,8	(a)	66,6	(a)	1.239,0	0,2	202	(a)
AC	11,2	(a)	6,4	(a)	19,2	(a)	75	(a)
AM	44,6	(a)	360,0	0,3	2.060,7	0,2	786	0,1
RR	—	—	—	—	1,3	(a)	17	(a)
PA	662,6	1,1	799,0	0,6	4.286,6	0,5	101.387	14,2
AP	—	—	—	—	—	—	52	(a)
Nordeste	5.103,9	8,7	12.889,4	10,1	160.199,5	18,9	110.956	15,5
MA	31,4	(a)	1.711,1	1,3	1.991,6	0,2	51.479	7,2
PI	14,2	(a)	4,8	(a)	359,7	(a)	2.954	0,4
CE	49,0	(a)	978,6	0,8	4.892,0	0,6	2.821	0,4
RN	603,1	1,0	20,0	(a)	1.312,0	0,1	2.768	0,4
PB	64,9	0,1	1.314,2	1,0	1.484,8	0,2	4.261	0,6
PE	152,3	0,3	809,5	0,6	17.553,3	2,1	6.579	0,9
AL	197,4	0,3	302,3	0,2	5.912,1	0,7	3.015	0,4
SE	49,1	(a)	178,4	0,1	558,1	0,1	1.368	0,2
BA	3.942,5	6,8	7.570,5	5,9	126.135,9	14,9	35.711	5,0
Sudeste	41.271,8	70,7	84.403,7	66,2	511.627,0	60,3	381.694	53,3
MG	11.446,2	19,6	12.603,6	9,9	105.506,9	12,4	88.135	12,3
ES	1.170,7	2,0	1.324,2	1,0	19.954,5	2,3	9.733	1,4
RJ	2.029,4	3,5	19.073,6	15,0	68.572,4	8,1	83.195	11,6
SP	26.625,5	45,6	51.402,3	40,3	317.593,2	37,5	200.631	28,0
SUL	8.031,6	13,8	27.136,8	21,3	140.512,4	16,6	94.200	13,2
PR	3.965,6	6,8	3.697,6	2,9	49.740,4	5,9	62.606	8,7
SC	2.185,7	3,8	4.674,7	3,7	19.210,9	2,3	7.582	1,1
RS	1.880,3	3,2	18.764,5	14,7	71.561,1	8,4	24.012	3,4
Centro-Oeste	3.257,6	5,5	1.889,1	1,5	27.842,9	3,3	26.926	3,7
MS ⁽²⁾	—	—	—	—	—	—	4.849	0,7
MT	1.448,5	2,5	502,7	0,4	3.266,4	0,4	7.936	1,1
GO	1.809,1	3,0	174,0	0,1	6.950,2	0,8	13.545	1,9
DF	—	—	1.212,4	1,0	17.626,3	2,1	596	(a)
Total	58.401,1	100,0	127.551,0	100,0	847.788,6	100,0	716.295	100,0

(1) Deflator utilizado, Coluna 2, *Conjuntura Econômica*.

(2) Criado em 1979.

(a) Valores inferiores a 0,1%.

ANEXOS

TABELA A-1
Sistema BNDES— Desembolsos

46

ANO	Cr\$ MILHÕES	Cr\$ MILHÕES DE 1981 ⁽¹⁾
1952	—	—
1953	0,4	2.721
1954	0,7	3.750
1955	1,2	5.522
1956	2,5	3.838
1957	4,4	3.360
1958	5,1	15.162
1959	7,9	17.043
1960	9,6	16.031
1961	8,6	10.478
1962	43,8	35.183
1963	50,4	23.096
1964	76,4	18.373
1965	215,1	32.986
1966	333,0	36.997
1967	437,1	37.856
1968	467,1	32.558
1969	1.032,1	59.745
1970	1.443,2	69.619
1971	2.274,1	91.172
1972	3.754,6	128.336
1973	5.367,6	159.684
1974	11.218,8	259.368
1975	22.430,1	405.509
1976	32.733,2	418.971
1977	49.379,0	443.053
1978	74.063,3	479.115
1979	111.874,7	470.162
1980	175.467,0	368.275
1981	292.668,0	292.668

Fonte: BNDES — AP/Deorç.

(1) Deflator utilizado: Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

TABELA A-2

Evolução dos Recursos Mobilizados pelo BNDES (1952-1981)

ANO	VALORES CORRENTES (Cr\$ MIL)	VALORES CONSTANTES ⁽¹⁾ (Cr\$ MIL)	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1952	391	3.054.480	—
1953	1.218	6.796.414	124,8
1954	772	4.131.363	(65,8)
1955	1.660	7.623.005	76,7
1956	1.778	6.827.132	(11,8)
1957	6.129	20.621.120	202,9
1958	8.288	24.597.678	19,4
1959	12.651	27.209.315	10,6
1960	18.407	30.737.142	12,9
1961	32.736	39.887.569	30,0
1962	44.851	36.036.814	(10,8)
1963	67.946	30.380.795	(18,4)
1964	162.209	39.014.619	28,3
1965	284.100	43.569.872	11,8
1966	378.900	42.138.861	(1,9)
1967	591.900	51.273.353	21,9
1968	608.200	42.413.356	(21,0)
1969	1.126.700	65.217.032	53,8
1970	1.532.500	73.949.452	13,4
1971	2.067.400	82.900.363	12,0
1972	3.068.000	104.880.597	26,5
1973	4.617.000	137.356.863	31,2
1974	10.909.000	252.173.166	83,6
1975	23.584.000	426.365.428	69,0
1976	30.340.000	388.358.994	(9,8)
1977	50.647.000	454.455.531	17,0
1978	73.023.000	472.411.953	3,9
1979	111.810.000	469.916.220	(0,5)
1980	193.442.000	406.024.576	(15,7)
1981	326.574.000	326.574.000	(24,3)

Fonte: BNDES, *Revista do BNDE* (diversos números), *Relatório de Atividades* (diversos números) e AP/Deorç.

(1) Valores médios de 1981, inflacionados de acordo com o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

TABELA A-3

Evolução dos Recursos Mobilizados pelo Sistema BNDES⁽¹⁾ (1965-1981)⁽²⁾

ANO	VALORES CORRENTES (Cr\$ MIL)	VALORES CONSTANTES ⁽³⁾ (Cr\$ MIL)	TAXA ATUAL DE CRESCIMENTO (%)
1965	322.000	49.382.256	2,6
1966	443.400	49.312.143	—
1967	808.600	70.044.996	42,0
1968	1.201.300	83.773.701	19,6
1969	1.603.900	92.838.908	10,8
1970	2.118.000	102.202.244	10,1
1971	2.646.200	106.109.578	3,8
1972 ⁽⁴⁾	3.681.600	125.856.716	18,6
1973	5.377.000	159.967.047	27,1
1974	12.438.400	287.553.237	79,8
1975 ⁽⁵⁾	25.356.100	458.402.494	59,4
1976 ⁽⁵⁾	32.959.300	421.886.638	(8,7)
1977 ⁽⁵⁾	56.381.900	505.914.789	19,9
1978 ⁽⁵⁾	84.451.300	546.345.721	8,0
1979	134.700.000	566.118.548	(3,6)
1980	231.000.000	484.856.842	(16,8)
1981	395.300.000	395.300.000	(22,6)

Fontes: BNDES. *Revista do BNDE* (diversos números), *Relatório Anual* (diversos números) e AP/Deorç.

(1) Inclui o BNDES, a FINAME e as Subsidiárias (Fibase, Embramec e Ibrasa).

(2) Os dados para os anos 1952-1964 são encontrados na Tabela A-2 pois durante este período a única instituição do Sistema era o BNDES.

(3) Valores médios de 1981, inflacionados de acordo com o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

(4) Os dados da Finame correspondem a estimativas.

(5) Não inclui o retorno das subsidiárias.

TABELA A-4

Evolução da Estrutura dos Empréstimos ao Setor Privado pelo Sistema Financeiro Nacional

DISCRIMINAÇÃO	(%)									
	1963		1968		1973		1978		1981	
Instituições Oficiais	57,5		48,9		44,7		56,6		55,1	
Federais	45,6	100,0	37,4	100,0	32,2	100,0	44,0	100,0	44,0	100,0
BB	33,3	73,0	22,7	60,7	19,0	20,9	20,9	47,5	16,3	37,0
CEF	3,8	8,3	3,8	10,2	4,9	16,2	7,7	17,5	8,9	8,4
BNH ⁽¹⁾	—	—	3,3	8,8	3,1	9,6	2,3	5,2	3,7	8,4
BNDES ⁽¹⁾	6,0	13,2	3,4	9,1	2,0	6,2	6,9	15,7	6,7	15,2
BNCC	0,1	0,2	0,3	0,8	0,1	0,3	0,2	0,5	0,6	1,4
Outros	2,4	5,3	3,9	10,0	3,1	9,7	6,0	13,6	7,8	17,8
Estaduais	11,9		11,5		12,5		12,6		11,1	
Instituições Privadas	42,5		51,1		55,3		43,4		44,9	
Bancos comerciais	39,3		30,6		21,3		17,9		18,1	
Financeiras	3,2		12,4		14,6		7,1		4,8	
Bancos de investimentos	—		5,4		12,6		9,9		10,8	
Soc. cred. imob.	—		2,6		5,7		6,3		8,2	
APE's	—		0,1		1,1		2,2		3,0	

Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil, vários números, Relatório do BNB, 1978, e Relatório do BASA, 1978.

(1) Líquido, isto é, bruto menos repasses a outras instituições financeiras, inclusive Finame, no caso do BNDES.

TABELA A-5
Sistema BNDES
Desembolsos e Prestações de Garantia e sua Comparação com a
Formação Bruta de Capital Fixo

Cr\$ MILHÕES CORRENTES

ANO	DESEMBOLSOS (A) Cr\$	PRESTAÇÃO DE GARANTIA (B)		TOTAL A+B Cr\$	FBCF (C) Cr\$	$\frac{A+B}{C}$
		MOEDA ESTRANGEIRA Cr\$	MOEDA NACIONAL - Cr\$			
1959	7,9	25,5	—	33,4	427,1	7,8
1965	215,1	104,8	—	319,9	8.112,4	3,9
1966	331,0	98,1	—	429,1	12.523,0	3,4
1967	437,1	118,3	—	555,4	16.666,9	3,3
1968	467,1	307,8	—	774,9	25.991,7	3,0
1969	1.032,1	457,7	—	1.489,8	35.805,5	4,2
1970	1.443,2	430,4	—	1.873,6	45.123,0	4,2
1971	2.274,1	524,3	—	2.798,4	61.238,3	4,6
1972	3.754,6	549,3	—	4.303,9	81.282,5	5,3
1973	5.367,6	399,3	—	5.766,9	113.956,9	5,1
1974	11.218,8	2.427,8	—	13.646,6	176.705,2	7,7
1975	22.430,1	3.535,8	45,0	26.010,9	262.737,5	9,9
1976	32.733,2	6.236,0	32,0	39.001,2	391.152,1	10,0
1977	49.379,0	6.677,2	178,0	56.234,2	537.551,9	10,5
1978	74.063,3	9.384,5	47,0	83.494,8	788.845,5	10,6
1979	111.874,7	7.667,5	625,0	120.167,2	1.269.174,0	9,5
1980	175.467,0	29.382,6	5.303,8	210.153,4	2.768.849,5	7,6
1981	292.668,0	37.299,0	4.536,4	334.503,4	5.151.055,7 ⁽¹⁾	6,7

Fonte: BNDES, AP/Aest.-AP/Deorç., *Conjuntura Econômica*.

(1) FGV.

TABELA A-6

Programa Proálcool: Aprovações e Desembolsos

DISCRIMINAÇÃO	1980				1981			
	APROVAÇÕES Cr\$ MILHÕES CONSTANTES ⁽¹⁾	%	DESEMBOLSOS Cr\$ MILHÕES CONSTANTES ⁽¹⁾	%	APROVAÇÕES Cr\$ MILHÕES CORRENTES	%	DESEMBOLSOS Cr\$ MILHÕES CORRENTES	%
A - Modalidade								
Direta	9.516	40,3	2.556	33,1	27.456	50,8	6.264	34,0
Indireta	14.100	59,7	5.163	66,9	26.638	49,2	12.135	66,0
B - Região								
Norte	122	0,5	27	0,3	—	—	13	0,1
Nordeste	8.731	37,0	2.105	27,3	28.744	53,2	6.855	37,2
Sudeste	8.941	37,9	3.394	44,0	10.130	18,7	4.888	26,6
Sul	4.374	18,5	1.635	21,2	6.224	11,5	3.708	20,1
Centro-Oeste	1.448	6,1	558	7,2	8.996	16,6	2.935	16,0
Total	23.616	100,0	7.719	100,0	54.094	100,0	18.399	100,0

Fonte: BNDES.

(1) Deflator utilizado, Col. 2, *Conjuntura Econômica*.

TABELA A-7
Prestação de Garantia em Moeda Estrangeira (1952-1981)

ANO	INSUMOS BÁSICOS						EQUIPAMENTOS	
	MINE- RAÇÃO	SIDE- RURGIA	META- LURGIA	QUÍMICA E FERTILIZ.	CELULOSE E PAPEL	PROD. MIN. NÃO METÁLICOS	EQUIP. ELÉTRICOS	MATERIAL DE TRANSP.
1952	—	—	—	—	—	—	—	—
1953	—	3.400	—	—	—	—	—	—
1954	—	—	—	—	—	—	—	—
1955	—	—	—	—	10.946	—	—	—
1956	—	—	—	—	—	—	—	9.143
1957	—	20.884	16.362	3.237	—	—	707	33.540
1958	1.930	489.638	—	—	—	—	669	31.434
1959	—	388.912	—	2.246	—	—	18.441	17.678
1960	—	11.879	13.659	—	—	—	3.336	5.545
1961	—	86.118	—	—	—	—	—	908
1962	—	—	—	45.533	—	—	—	15.513
1963	—	13.134	—	5.934	—	—	—	—
1964	—	—	—	944	—	—	—	—
1965	—	112.593	—	1.012	—	—	—	—
1966	—	6.151	1.283	8.732	13.980	13.001	—	—
1967	—	1.014	1.681	—	—	—	—	27
1968	—	5.231	—	2.223	—	7.893	173	75
1969	50	202.127	5.213	12.655	—	1.221	—	—
1970	—	9.634	—	20.866	11.263	—	—	—
1971	—	88.937	—	63.635	—	2.172	—	2.298
1972	—	30.398	—	—	—	16.602	—	—
1973	—	8.343	18.412	33.236	—	36.649	8.899	—
1974	—	39.825	19.923	143.574	104.888	—	12.286	14.758
1975	104.018	82.326	608	88.603	130.726	3.953	37.038	4.223
1976	7.171	114.481	—	104.269	481.623	13.353	22.925	—
1977	5.247	22.938	27.352	55.773	165.880	—	37.087	—
1978	—	2.035	203.649	53.078	48.115	—	7.251	—
1979	2.255	—	12.558	9.022	33.832	—	—	—
1980	25.160	—	292.558	2.760	109.406	—	105.023	2.804
1981	11.130	66.000	20.980	79.400	135.800	—	77.980	—

Fonte: BNDES — AP/AEST

(1) Deflator utilizado: Consumer Prices United States, International Financial Statistics.

(US\$ milhões de 1981⁽¹⁾)

OUTRAS INDÚSTRIAS			INFRA-ESTRUTURA				OUTROS SETORES	OUTRAS ATIVIDADES	TOTAL
TÊXTIL E CALÇADOS	PRODUTOS ALIMENT.	OUTRAS	ENERGIA ELÉTRICA	TRANSPORTES					
				FERROV.	RODOV.	HIDROV.			
—	—	—	—	—	—	—	—	—	
—	—	—	—	—	—	—	—	3.400	
—	—	—	23.147	—	992	—	—	24.139	
—	—	—	45.901	13.248	—	—	—	70.095	
—	—	—	75.402	65.354	—	—	13.808	163.707	
—	—	—	126.133	—	13.860	13.828	43.527	17.989	290.067
—	—	—	7.087	—	15.142	89.852	20.394	3.787	659.933
—	—	—	74.525	—	—	5.987	—	—	507.789
1.513	—	—	13.917	—	21	—	104.085	—	153.955
—	—	—	103.715	—	—	—	—	—	190.741
—	—	—	9.887	—	4.422	—	127.215	183	202.753
—	—	—	12.779	—	—	—	—	62	31.909
—	—	—	6.089	—	—	—	—	240	7.273
1.032	1.632	—	6.901	—	—	5.459	31.128	—	159.757
—	—	—	6.229	—	—	—	74.393	—	123.769
—	733	8.170	4.398	14.939	—	684	89.099	366	121.111
925	502	1.156	—	40.623	1.784	38.842	135.074	—	234.501
161	2.042	380	2.466	1.891	18.352	5.111	25.557	236	277.462
3.767	2.195	—	726	17.664	3.397	—	148.851	—	218.363
—	1.325	4.484	2.372	38.902	—	13.703	591	3.599	222.018
—	—	—	16.473	122.263	—	—	14.429	—	200.165
—	3.924	15.651	—	—	—	—	—	8.183	133.297
29.928	3.354	—	—	—	—	—	285.454	—	653.990
3.378	3.774	2.112	170.830	—	—	—	96.467	—	728.056
—	—	—	174.963	—	—	—	—	—	918.785
—	—	10.501	362.191	—	—	—	13.613	—	700.582
—	—	—	401.892	—	—	—	—	—	716.020
—	—	—	—	—	—	—	300.230	—	357.897
—	—	4.416	—	73.305	—	—	—	—	615.432
—	—	8.480	—	—	—	—	—	1.230	401.000